



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GALADRIEL PEREIRA DA SILVA

**VULNERABILIDADE SOCIAL E ESTRUTURA DE OPORTUNIDADE NA REGIÃO
METROPOLITANA DE FORTALEZA: A INDÚSTRIA, MARACANAÚ E O IFCE**

FORTALEZA

2024

GALADRIEL PEREIRA DA SILVA

VULNERABILIDADE SOCIAL E ESTRUTURA DE OPORTUNIDADE NA REGIÃO
METROPOLITANA DE FORTALEZA: A INDÚSTRIA, MARACANAÚ E O IFCE

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Graduação em Geografia do Centro de
Ciências da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do grau de
Licenciado em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Clélia Lustosa
Costa.

FORTALEZA
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S58v Silva, Galadriel Pereira da.
Vulnerabilidade social e estrutura de oportunidade na Região Metropolitana de Fortaleza: a indústria, Maracanaú e o IFCE / Galadriel Pereira da Silva. – 2024.
81 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Curso de Geografia, Fortaleza, 2024.
Orientação: Profa. Dra. Maria Clélia Lustosa Costa.

1. Vulnerabilidade. 2. Estruturas de oportunidade. 3. Educação. 4. IFCE- Maracanaú. I. Título.
CDD 910

GALADRIEL PEREIRA DA SILVA

VULNERABILIDADE SOCIAL E ESTRUTURA DE OPORTUNIDADE NA REGIÃO
METROPOLITANA DE FORTALEZA: A INDÚSTRIA, MARACANAÚ E O IFCE

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Graduação em Geografia do Centro de
Ciências da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do grau de
Licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Clélia Lustosa
Costa.

Aprovado em 24/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr^a Maria Clélia Lustosa Costa (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Gleilson Angelo da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a Me. Antonia Helaine Veras Rodrigues
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Me. Emanuelton Anthony Noberto de Queiroz
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À inesquecível Antônia Pereira Barbosa,
minha querida avó.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha família. Aos meus pais por sempre me darem o suporte que puderam, juntamente com meus avós, desde a época da escola até essa fase da graduação.

Agradeço a todos os meus amigos que fiz durante a graduação, em especial aqueles que estiveram ao meu lado desde o início, apesar de tudo ter mudado. Assim sendo, obrigado Juliana, Álex, Yuri, Guilherme, Carlos, Samara e Isabel. Desde o primeiro semestre estivemos juntos e dentre todas as coisas que aconteceram, meu coração se aquece com as boas lembranças.

Quero agradecer aqui também a duas amizades especiais. A minha meiga amiga Maria Pandora, que foi um apoio nas horas de falar sobre nossas vivências trans e nas sessões de fumaça na praça Milton Santos. Da mesma forma, agradeço a minha grande referência do curso desde o começo, meu amigo Wellyson.

Parte importante da minha graduação foi o PIBID. Portanto, não poderia deixar de agradecer as professoras Edivani e Aleksandra, que foram orientadoras incríveis no programa, e nem ao grande professor Emanuelton por seus bons ensinamentos e oportunas caronas. Agradeço às amigas que o programa me trouxe Álida, Mayra, Solene, Maria Eduarda e Mariane.

Quero agradecer ao Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) e aos seus grandes professores, pois foi um local especial dentro do departamento que me acolheu, me trouxe amigas e me fez crescer enquanto profissional e ser humano.

À minha orientadora, querida professora Clélia Lustosa, muito obrigado pelo seu auxílio nesta pesquisa e por ter me dado a oportunidade de me enxergar enquanto pesquisador. Por você tenho muito carinho.

Agradeço aos meus amigos de laboratório Ângelo, Kaio, Helaine, Bruna, Mar, Fernando, Alana, Átila, Douglas, Luana, Thalvanys, pela companhia das tardes nos bons momentos estudando e rindo no laboratório.

Igualmente agradeço as outras boas amigas que fiz e foram parte da minha graduação e me acompanharam também no cotidiano. Obrigado ao Carmo, José Luiz, Carlos Daniel e aos amigos do fórum de negres, e da mesma forma ao Vicky, Luiz André e Ângelo, ótimas companhias que a praça Milton Santos me permitiu conhecer.

Deixo este parágrafo somente para agradecer-lo, meu grande amigo Felipe que sempre esteve comigo e foi meu melhor amigo na graduação, na bolsa de iniciação científica e nas

aventuras mais incríveis que tivemos juntos. Obrigado pela sua amizade, sinceridade e piadas bobas. Você foi parte crucial do processo de construção deste trabalho pois sempre discutimos, concordando ou não, sobre muitos pontos da pesquisa. Você é muito especial para mim, sempre. Te agradeço com todo o meu coração e com muito carinho, nada menos.

Gostaria de agradecer ao professor Luís José Sousa (chefe do Departamento de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – DEPPI do IFCE Maracanaú), ao grêmio estudantil Olímpia Aguiar e, por fim, ao CNPq pelo apoio financeiro durante dois anos de pesquisa de Iniciação Científica que resultaram neste trabalho.

RESUMO

No contexto da reestruturação produtiva global, a desindustrialização e a inserção da dinâmica industrial no sul global no mercado internacional desde meados do século XX, a produção brasileira passou por inúmeras mudanças. Com isso a divisão internacional do trabalho trouxe novas formas de capacitação da mão de obra e mudou a forma do ensino e da educação do país. Na região nordeste e no Ceará não foi diferente. Acompanhando essas mudanças e a guerra fiscal, o desenvolvimento econômico e as contradições em vista aos índices de vulnerabilidade social, os níveis básico e superior de ensino foram reformulados em conformidade ao mercado. Um dos exemplos foi da criação das escolas técnicas até os Institutos Federais. No recorte desta pesquisa, avalia-se a vulnerabilidade na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) buscando compreender como Instituto Federal do Ceará (IFCE)– Maracanaú, lócus da pesquisa, no período que vai dos anos 2000 até 2022, é uma estrutura de oportunidades para os estudantes e seus impactos relacionados a Região Metropolitana de Fortaleza e a vulnerabilidade social. A pesquisa tem caráter quali-quantitativo, é exploratória com estudo de caso sobre o IFCE-Maracanaú. Como objetivo geral busca-se analisar o papel do IFCE Maracanaú no ensino de nível médio como estrutura de oportunidades e instrumento para redução da vulnerabilidade social por meios dos objetivos específicos de: i. Analisar as dinâmicas da Região Metropolitana de Fortaleza através da industrialização e seus rebatimentos espaciais; ii. Averiguar o conceito de vulnerabilidade social e estruturas de oportunidades; iii. Debater sobre a vulnerabilidade social na Região Metropolitana de Fortaleza com enfoque no município de Maracanaú a partir das transformações socioeconômicas; iv. Aprender o papel do IFCE como estrutura de oportunidades e seus impactos na vida dos estudantes em vulnerabilidade social. Os procedimentos metodológicos, fundamentaram-se em análise bibliográfica com enfoque no marco conceitual metodológico de “Activos, Vulnerabilidad y Estructuras de Oportunidades” - AVEO (Kaztman; Filgueira, 1999), estabelecendo diálogo principalmente com Sidou (1979); Harvey (2001); Pereira Junior (2003 e 2015); Di Méo (2008); Costa e Dantas (2009); Pereira e Costa (2015); Santos (2017); Muniz (2019); Lencioni (2020). Foram realizadas buscas na internet, revistas eletrônicas, dissertações, teses e anuários. A análise de dados secundários foi feita através dos sites do IBGE (na plataforma SIDRA), IPECE, IPEA (IVS) e no site IFCE em Números. Além disso, houve visita de campo com a produção de um relatório. Como resultados, constatou-se como a Instituição é um efeito de uma política pública de educação com viés do desenvolvimento econômico sendo uma consequência da industrialização como vetor de metropolização do espaço que se reflete no currículo e nos cursos ofertados, bem como uma

estrutura de oportunidades para os estudantes matriculados, oferecendo auxílios como ativos para o aproveitamento de seus benefícios. Assim, tendo possibilitado com o ensino técnico não só uma via de acesso a uma profissão e a melhores empregos, mas uma estrutura de oportunidade na mitigação da vulnerabilidade social para jovens permitindo carreiras e melhores condições de vida para além das expectativas desfavoráveis que o espaço metropolitano desigual de Fortaleza possa dispor.

Palavras-chave: Vulnerabilidade; Estruturas de oportunidade; Educação; IFCE- Maracanaú.

ABSTRACT

In the context of global productive restructuring, deindustrialization and the insertion of industrial dynamics in the global south into the international market since the middle of the 20th century, Brazilian production has undergone countless changes. As a result, the international division of labor has brought new ways of training the workforce and changed the way education is provided in the country. It was no different in the northeast and in Ceará. Accompanying these changes and the fiscal war, economic development and the contradictions in view of the indices of social vulnerability, the basic and higher levels of education were reformulated in line with the market. One example was the creation of technical schools and the Federal Institutes. The focus of this research is to assess vulnerability in the Fortaleza Metropolitan Region (RMF), seeking to understand how the Federal Institute of Ceará (IFCE) - Maracanaú, the locus of the research, in the period from 2000 to 2022, is a structure of opportunities for students and its impacts related to the Fortaleza Metropolitan Region and social vulnerability. The research is quantitative and qualitative, exploratory, with a case study of IFCE-Maracanaú. The general objective is to analyze how IFCE Maracanaú in secondary education as a structure of opportunities and an instrument for reducing social vulnerability through the specific objectives of: i. Analyzing the dynamics of the Fortaleza Metropolitan Region through industrialization and its spatial repercussions; ii. -Investigate the concept of social vulnerability and opportunity structures; iii. Discuss social vulnerability in the Metropolitan Region of Fortaleza, with a focus on the municipality of Maracanaú based on socio-economic transformations; iv. Understand the role of the IFCE as an opportunity structure and its impact on the lives of socially vulnerable students. The methodological procedures were based on bibliographic analysis with a focus on the methodological conceptual framework of “Assets, Vulnerability and Opportunity Structures” - AVEO (Kaztman; Filgueira, 1999), establishing a dialog mainly with Sidou (1979); Harvey (2001); Pereira Junior (2003 and 2015); Di Méo (2008); Costa and Dantas (2009); Pereira and Costa (2015); Santos (2017); Muniz (2019); Lencioni (2020). Searches were carried out on the internet, electronic magazines, dissertations, theses and yearbooks. Secondary data was analyzed mainly through the websites of IBGE (on the SIDRA platform), IPECE, IPEA (IVS) and the IFCE em Números website. A study visit was carried out and a report drawn up. The results show the institution results from a public education policy with a bias towards economic development and is a consequence of industrialization as a vector for the metropolization of space, which is reflected in the curriculum and courses on offer, as well as a structure of opportunities for enrolled students,

offering aid as assets for taking advantage of its benefits. As a result, technical education has not only provided access to a profession and better jobs, but also a structure of opportunity to mitigate social vulnerability, allowing them to pursue careers and better living conditions beyond the unfavourable expectations that the unequal metropolitan space of Fortaleza may have.

Keywords: Vulnerability; Opportunity structures; Education; IFCE Maracanaú

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Região Metropolitana de Fortaleza	27
Figura 2 - Mapa de localização Maracanaú	32
Figura 3 - Bairros de Maracanaú	33
Figura 4 - Localização do Distrito Industrial	36
Figura 5 - Distribuição e expansão das zonas industriais em Fortaleza	37
Figura 6 - Vetores de expansão da RMF	38
Figura 7 - Mapa de renda, densidade demográfica e situação por setores em Maracanaú.....	49
Figura 8 - IVS Maracanaú (2010).....	52
Figura 9 – Periodização e denominações do IFCE através do tempo	57
Figura 10 - Localização IFCE Maracanaú – Via Satélite	61
Figura 11 - Fotos da visita de campo.....	62
Figura 12 - Centros de capacitação localizados na Região de Influência (Maracanaú e Fortaleza)	66
Figura 13 – Localização do IFCE Maracanaú integrada aos modais de transportes	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro Metodológico	20
Quadro 2 - Evolução de municípios constituintes da Região Metropolitana de Fortaleza.....	26
Quadro 3 - Divisão Multissetorial do Distrito Industrial de Maracanaú	64
Quadro 4 - Cursos ofertados no IFCE- Maracanaú	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dados gerais sobre assistência estudantil.....	73
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População da Região Metropolitana de Fortaleza - Por Município	29
Tabela 2 - População residente durante as décadas 1991/2000/2010.....	34
Tabela 3 - Produto Interno Bruto (PIB) Municipal (2014-2018)	43
Tabela 4 - Indicadores sociais: renda média do trabalhador e Índice de Gini.....	44
Tabela 5 - Estabelecimentos e emprego formal nos setores (2019)	45
Tabela 6 - Dados De Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da RMF.....	47
Tabela 7 - Dados de assistência estudantil de 2019-2022	69
Tabela 8 - Dados de assistência estudantil de 2019.....	71
Tabela 9 - Dados de assistência estudantil de 2020.....	71
Tabela 10 - Dados de assistência estudantil de 2021.....	72
Tabela 11 - Dados de assistência estudantil de 2022.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVEO – Ativos, Vulnerabilidade e Estruturas de Oportunidades

CEFET – Centro Federal de Ensino Tecnológico

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFCE – Instituto Federal do Ceará

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

IVS – Índice de Vulnerabilidade Social

MEC – Ministério da Educação

PIB – Produto Interno Bruto

RMF – Região Metropolitana de Fortaleza

SIDRA – Sistema de IBGE de Recuperação Automática

SFIEC – Sistema Federação das Indústrias do Ceará

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. O CEARÁ, A REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA E AS DINÂMICAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	22
2.1 Mudanças na Fortaleza do passado e na metrópole do presente	24
2.2 Dinâmicas populacionais na RMF	28
2.3 Maracanaú e o Distrito Industrial	30
2.4 Expansão urbana e metropolização do espaço	36
3. VULNERABILIDADE SOCIAL NO ESPAÇO METROPOLITANO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	40
4. O IFCE- MARACANAÚ COMO ESTRUTURA DE OPORTUNIDADE	53
4.1 As políticas educacionais no Brasil e no Ceará	53
4.2 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia através do tempo	56
4.3 O currículo da ensino profissionalizante: apenas para formação de mão de obra?	63
4.4 O impacto o IFCE para o grupo de estudantes socialmente mais vulneráveis no período da pandemia de Covid-19 de 2019 a 2022	68
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	77
APÊNDICE A – RELATÓRIO DE VISITA DE CAMPO AO IFCE- MARACANAÚ	81

1. INTRODUÇÃO

No contexto de reestruturação produtiva que vem ocorrendo desde o final do século XX, as relações de trabalho e educação vêm se tornando cada vez mais interligadas na lógica de que a indústria vem precisando paulatinamente de mão de obra qualificada. Apesar desse vínculo não ser novo, é bem verdade que a educação tem assumido uma função de viés fortemente trabalhista com o objetivo de inserir o jovem estudante no mercado. Tendo isso não como uma realidade negativa, pode-se dizer que, dessa forma, isto também é papel da educação.

O estado do Ceará, com parcerias com o Governo Federal, tem realizado novas políticas públicas educacionais e implantado equipamentos para profissionalização de pessoas desde meados da década de 2010. Nesse sentido, os Institutos Federais foram instalados nos municípios de Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante e Maracanaú com uma nova proposta de trazer uma educação de qualidade e profissional capaz de formar pessoas no âmbito da cidadania e que estejam hábeis de serem inseridas, de atuar e permanecer no mercado de trabalho.

Diante disso, foram significativas as repercussões estruturais na organização da Região Metropolitana de Fortaleza. Instituída oficialmente por lei em 1973 e, atualmente, composta por dezenove municípios, Fortaleza se destaca como a principal cidade da região metropolitana. Contudo, nas circunstâncias de reestruturação da produção das indústrias houve mudanças no arranjo de suas localizações dentro da RMF com ações políticas estruturantes a partir da década de 1970. Como afirma Costa (2009, p. 142),

Nos municípios da RMF, as indústrias que antes se concentravam em Fortaleza, transferem-se para o Distrito Industrial de Maracanaú e posteriormente outros centros atraem empresas, como Horizonte, Caucaia, Pacatuba, Pacajus. Fortaleza torna-se um grande centro de recepção de turistas. Nos municípios litorâneos da RMF e do Estado de maneira geral, foram instalados resorts, hotéis, parques aquáticos e outros equipamentos de lazer, o que contribuiu para o dinamismo e a integração desta aglomeração. Esses fatos podem ser averiguados pelas taxas de crescimento populacional e econômico, número e porte das empresas implantadas e pela mobilidade populacional entre os seus municípios. Um corredor industrial formou-se ao longo da BR 116 entre os municípios de Horizonte e Pacajus. Na porção oeste, seguindo a linha do litoral, localiza-se o Complexo Portuário do Pecém entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante.

Nesse sentido, no limite com o município de Fortaleza, Maracanaú desempenha uma forte influência na Região Metropolitana diante dos fatores empregatícios da indústria e da oferta de serviços sustentados pela forte relação com a capital através de vias importantes como a CE 060 e a CE 065 e, sem dúvidas, por meio dos serviços de metrô do METROFOR que, diariamente, possibilita o fluxo de pessoas entre os municípios. A relação da capital do

Ceará com Maracanaú foi desenvolvida ao longo dos anos até se estabelecer como um grande polo industrial dentro do estado.

No contexto de criação da RMF em 1973 composta por Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz, a história de Maracanaú, desde que foi emancipada do município de Maranguape em 1983 por motivações políticas, é profundamente marcada pelo seu desenvolvimento voltado para o setor secundário. Foi durante a década de 1970 que foi escolhido para ser o Distrito Industrial de Fortaleza e, logo, com sua emancipação total na década de 1980 tornou-se parte oficial da RMF e como um espaço expressivamente propício para a instalação de mais indústrias de diversos outros segmentos de produção. Assim, foi gerada uma gama de novos empregos impactando a economia e o desenvolvimento das cidades a nível local e regional. No entanto, mais do que mão de obra efetiva é necessário mão de obra qualificada para conduzir a produção.

De fato, a presença de escolas técnicas e do ensino profissionalizante no Ceará se faz presente desde o início do século XX, porém é anos depois, com o estabelecimento da Região Metropolitana de Fortaleza e, após, pela Lei nº 11.892 de 2008, que os Institutos Federais no Ceará passam a atuar nas áreas de pesquisa e extensão para a formação de profissionais nas áreas técnicas e tecnológicas. Funcionando desde 2006 ainda como Unidade Descentralizada (UNED) do Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará (CEFET/CE), e com a conclusão das obras do prédio em 2007, o IFCE Maracanaú oferta cursos principalmente nas vertentes da indústria, química, engenharia, computação e meio ambiente.

É neste sentido que se pode entender o Instituto Federal do Ceará em Maracanaú como um órgão capaz de profissionalizar pessoas e prepará-las para o mercado de trabalho. Portanto, a partir das perguntas norteadoras que é necessário entender quais os impactos diretos e indiretos do Instituto Federal campus Maracanaú no desenvolvimento da indústria na escala da Região Metropolitana? E quais influências disso na condição social de várias famílias, mudando a realidade de condição financeira e, principalmente, daqueles em situação de vulnerabilidade social?

De acordo com Bernal, Bonfim e Mudo (2009, p. 247) “entende-se por vulnerabilidade as dificuldades de uma pessoa ou de um grupo para resistir ou fazer frente a uma determinada ameaça ou problema”. Diante disso, a Região Metropolitana de Fortaleza não é homogênea quando se trata de aspectos sociais, étnicos, políticos, econômicos e culturais, pois existem diversas paisagens que se fazem presente no espaço metropolitano, em que permeiam a pobreza e a riqueza, produzindo espaços distintos com os mais vários problemas (Zanella; *et. al*, 2009, p. 191).

Assim sendo, o efeito da implantação de indústrias, vias de circulação, transportes e, mais precisamente, equipamentos de educação são aparatos que oferecem uma nova organização das cidades, causando efeitos na situação e modo de vida da população. Afinal, o que a população vulnerável do espaço metropolitano precisa? Seja mais acesso a serviços como saúde e educação, seja emprego ou políticas públicas de assistência, o que se demonstra são os impasses destas pessoas dentro de um espectro de desigualdade social.

A educação é um dos principais motivos da inserção de pessoas no mercado de trabalho e, no caso de Maracanaú, o Instituto Federal do Ceará, desempenha uma função de estrutura de oportunidade que permite acesso a qualificação profissional permitindo uma outra perspectiva de vida financeira e social. Consoante Kaztman e Filgueira (1999, p. 9)

Las estructuras de oportunidades se definen como probabilidades de acceso a bienes, a servicios o al desempeño de actividades. Estas oportunidades inciden sobre el bienestar de los hogares, ya sea porque permiten o facilitan a los miembros del hogar el uso de sus propios recursos o porque les proveen recursos nuevos.

Em outras palavras, essas estruturas se expressam em formas de acesso a serviços e determinados que já existem ou são ofertados para as pessoas a fim de transformar a condição de vida dos indivíduos e suas famílias, bem como da sociedade como um todo. O Estado exerce uma grande influência nesse aspecto principalmente em termos de serviço de educação. É por isso que os investimentos em políticas públicas voltadas não só para a implantação de equipamentos de educação e ensino, como os Institutos Federais, mas para a possibilidade de acesso e permanência da população nestes equipamentos podem ser estruturas de oportunidades transformadoras sobretudo na vida daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Como objetivo geral busca-se analisar o papel do IFCE Maracanaú no ensino de nível médio como estrutura de oportunidades e instrumento para redução da vulnerabilidade social por meios dos objetivos específicos de: i. Analisar as dinâmicas da Região Metropolitana de Fortaleza através da industrialização e seus rebatimentos espaciais; ii. –Averiguar o conceito de vulnerabilidade social e estruturas de oportunidades; iii. Debater sobre a vulnerabilidade social na Região Metropolitana de Fortaleza com enfoque no município de Maracanaú a partir das transformações socioeconômicas; iv. Apreender o papel do IFCE como estrutura de oportunidades e seus impactos na vida dos estudantes em vulnerabilidade social.

Portanto, esse trabalho é realizado por causa da necessidade de avaliarmos a vulnerabilidade na Região Metropolitana de Fortaleza buscando compreender como IFCE –

Maracanaú, lócus da pesquisa, no período que vai dos anos 2000 até 2022, tem sido uma estrutura de oportunidade.

A metodologia desta pesquisa é quali-quantitativa, exploratória com estudo de caso sobre o IFCE - Maracanaú e teve como procedimentos metodológicos está fundamentada em levantamento bibliográfico sobre vulnerabilidade social, estrutura de oportunidades, políticas públicas e educação em livros, artigos, teses, anuários e revistas eletrônicas, e com uso das plataformas de pesquisa Google Acadêmico e ScieELO. Da mesma forma se realiza através de levantamento de dados secundários sobre a Região Metropolitana de Fortaleza e o município de Maracanaú na obtenção de informações socioeconômicas sobre emprego, renda, PIB, IDH, densidade demográfica, escolaridade, indústria na escala local e regional em sites oficiais como IBGE (Plataforma SIDRA), IPECE, IPEA e em relatórios, bem como arquivos os disponibilizados pela Prefeitura Municipal e demais órgãos públicos. Destaca-se o uso de índices como o IVS – Índice de vulnerabilidade social, IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, IDS – Índice de Desenvolvimento Social de Oferta e de Resultado (IDS-O e IDS-R), e Índice de Gini. Além disso, realização de sondagem de informações junto à própria instituição sobre o uso de serviços oferecidos e utilizados pelos estudantes enfatizando o período da pandemia de Covid-19 entre 2019-2022. Houve tentativa de elaboração e aplicação de questionários, porém não foi possível.

Para entendermos melhor as bases da pesquisa o quadro metodológico a seguir exhibe melhor os principais autores e subdivisões temáticas nos percursos da metodologia dos aspectos tratados neste trabalho:

Quadro 1 - Quadro Metodológico

Objetivos específicos	Discutir as dinâmicas da Região Metropolitana de Fortaleza através da industrialização e seus rebatimentos espaciais	Discutir sobre o conceito de vulnerabilidade social e estruturas de oportunidades	Debater sobre a vulnerabilidade social na Região Metropolitana de Fortaleza e com enfoque no município de Maracanaú nas transformações socioeconômicas	Analisar o papel do IFCE como estrutura de oportunidades e seus impactos na vida dos estudantes em vulnerabilidade social
------------------------------	--	---	--	---

Temáticas norteadoras	<ul style="list-style-type: none"> • Espacialização do fenômeno da Industrialização • Metropolização 	<ul style="list-style-type: none"> • Vulnerabilidade social e estrutura de oportunidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Espacialização da vulnerabilidade na RMF 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas, educação e o Instituto Federal
Metodologias e etapas operacionais	Revisão bibliográfica; Levantamento de dados secundários (FIEC); Tabulação de dados; Produção cartográfica.	Revisão bibliográfica; Levantamento de dados secundários (IBGE).	Levantamento de dados secundários (IVS/IPEA); Tabulação de dados; Produção cartográfica.	Levantamento de dados secundários; Tabulação de dados; Produção cartográfica.
Fontes de dados e principal referencial	Harvey (2001); Pereira Junior (2003 e 2015); Carvalho (2009); Muniz (2015 e 2019); Di Méo (2008); Lencioni (2020).	Kaztman e Filguera, (1999); Costa e Dantas (2009).	Marandola Junior e Hogan (2005); Zanella, et. al, (2009); Costa e Dantas (2009); Pereira e Costa (2015).	MEC (1909); Sidou (1979); Santos (2017); IFCE (2012 e 2020); Site IFCE em Números.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Foram alguns impasses metodológicos que devo pontuar aqui para registro. A questão das poucas atualizações de dados das fontes oficiais (principalmente IBGE) no que se refere aos dados mais novos do Censo 2022 serem ainda muito escassos de divulgação, restando apenas trabalhar com dados mais antigos das décadas anteriores. Isso desvenda algo problemático durante a elaboração deste trabalho que foi a temporalidade analisada. Com o foco principal nas décadas de 2000, 2010, 2020 (até o presente), alguns dados se atravessam na análise de forma que a simetria de construção argumentativa fica turva, devido a indisponibilidade de dados nas incongruências de comparações por anos, contudo a essência da pesquisa pelo olhar geográfico se enverada nas suas sustentações por décadas no esforço geral de não se perder.

Igualmente, foram as dificuldades para conseguir dados com a Prefeitura de Maracanaú quanto às questões urbanas do município nas plataformas de busca online e nos sites oficiais. A falta de familiaridade com o campus do IFCE e com a gestão foram também uma barreira para mim, apesar de que quando visitei o local fui bem recebido. Foi um processo desafiador devido a minha distanciação da instituição.

Dessa forma, o trabalho está organizado assim: na primeira parte após a introdução, no capítulo 2 discutiremos sobre os aspectos espaciais que se referem a Região metropolitana de Fortaleza voltadas para reflexão acerca de sua dinâmica interna e externa moldada pelos avanços da urbanização pautados pelo fenômeno da industrialização e o espaço metropolitano metropolizado. No capítulo 3, voltaremos a discussão para os conceitos de vulnerabilidade e estruturas de oportunidades com embasamento em dados de crescimento econômico e social. No capítulo 4 discutiremos como o IFCE surge e como o fator “industrialização” é importante na disponibilidade de cursos ofertados e as mudanças que isso infere no espaço metropolitano, sobretudo nos seus impactos na vida dos estudantes e na mitigação da vulnerabilidade social.

2. O CEARÁ, A REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA E AS DINÂMICAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Há mais de cinco décadas o estado do Ceará tem se solidificando como um dos principais estados nordestinos quando se trata de desenvolvimento econômico. Esses passos vêm de um histórico focado, principalmente, na industrialização que redefiniu a organização socioespacial em escala local, regional e nacional diante de um cenário global. Para entender, portanto, essa relação multiescalar da industrialização, é preciso contextualizarmos como ela alcança o Ceará e se estabelece com mais força em Fortaleza e, por conseguinte, no seu espaço metropolitano. Isto requer um resgate histórico no qual iremos nos debruçar.

No contexto de reestruturação produtiva que vem se fortalecendo desde o final do século XX, as relações globais de produção e de trabalho têm passado por mudanças profundas à vista da acumulação flexível. Harvey (2001, p.140) a acumulação flexível se baseia na maleabilidade das dinâmicas de trabalho, mercados, produção e consumo que se movimenta em sentido as grandes mudanças organizacionais de ordem comercial e tecnológica. Isto modificou as condições estruturais do espaço urbano envolvendo as relações sociais e capitalistas.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas[...] (Harvey, 2001, p. 140.)

Ao discorrer sobre a dinâmica da economia mundial a respeito do impacto espacial da acumulação capitalista, Pereira Junior (2003) se baseia na interpretação das fases de desenvolvimento do capitalismo, especificamente considerando o capitalismo tardio. Nesta

perspectiva, Pereira Junior (2003) compreende como no andamento do capitalismo, entre avanços e crises, a internacionalização do capital dinamizou as escalas regionais nas quais um desenvolvimento desigual dividiu setorialmente a produção em busca de superlucros. Assim, “a especialização flexível e a desintegração de velhos obstáculos territoriais vêm proporcionando ao capital uma mobilidade sem precedentes na escala mundial” (Pereira Junior, 2003, p. 68), podendo-se notar como se estabeleceu “[...] uma reestruturação espacial (seja ela internacional ou subnacional) fundamentada numa perspectiva de desigualdade setorial” (Pereira Junior, 2003, p. 68). É nesse cenário que a produção, outrora concentrada nos países capitalistas avançados, se articula para países onde a matéria-prima e a mão de obra são mais barateadas, alcançando países da periferia do capitalismo, estes que, por sua vez, passam a incorporar notadamente indústrias no seu território. Esse é o caso do Brasil, no qual o processo de industrialização instaura-se nos anos de 1930 e ganha forças a partir da década de 1950 ainda no governo de Juscelino Kubitschek com a internacionalização da economia e suas políticas desenvolvimentistas.

Esta industrialização tardia brasileira concebe o caso industrial nordestino que, por sua vez, em 1960 é alvo de uma política de desenvolvimento estatal através da Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (SUDENE) criada em 1959, esta que se desdobrou a partir do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) em um esforço do Estado de trazer avanços para o ramo industrial da região para superar as desigualdades regionais que estavam postas pela concentração produtiva na região sudeste, sobretudo em São Paulo. Entretanto, como bem pontua Pereira Júnior (2003, p.69) a atividade industrial nordestina já acontecia antes mesmo disso e que, apesar de mais modesto, já havia um parque industrial que pertencia, primordialmente, às grandes oligarquias familiares. Uma vez a SUDENE instituída, foi por meio dos incentivos fiscais que indústrias se estabeleceram no Nordeste, com mais presença nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará.

Mais especificamente no espaço cearense, onde a agropecuária e o algodão foram proeminentes, a indústria chega como uma fase de modernização frente às atividades econômicas tradicionais. Amora (2005), elabora uma divisão por períodos da industrialização no Ceará que, segundo ela, ocorreu em três períodos que correspondem a momentos distintos. O primeiro período, inicia no final do século XIX, estendendo-se até 1950; o segundo os anos 1960 até meados da década de 1980; já o terceiro de inicia na década de 1980, se intensificando já nos anos 1990. Nesta primeira fase, houve a forte importância das primeiras indústrias têxteis (atividade que carrega consigo a herança algodoeira já existente nas atividades econômicas do estado) com destaque das ações políticas e econômicas do governador Virgílio Távora, a Era

dos Coronéis e o Governo das Mudanças. Posteriormente, em 1950, com o acúmulo de capital, o Brasil passa por crises econômicas, agravando as condições da região Nordeste, trazendo para o Ceará, a precariedade de infraestrutura, principalmente a deficiência de eletricidade, que se tornam fatores para o atraso da industrialização neste estado. A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e suas políticas de desenvolvimento marcou o segundo período e teve impacto na organização espacial das regiões brasileiras por meio da produção. Já o terceiro e último período, que se iniciou nos anos de 1980, ocorre em um contexto de reestruturação da economia mundial, sendo uma das consequências a descentralização industrial que está acompanhada da desconcentração espacial, assim, a produção é descentralizada e dispersa por todo o mundo. Segundo Amora (2005) nesse período, a SUDENE perde seu significado e a capacidade de financiar a acumulação privada. Dessa maneira, esse período é caracterizado pelo comando dos governos estaduais, no Ceará, a ascensão ao poder de representantes de elite empresarial, o Centro Industrial do Ceará (CIC), que visavam o turismo, o agronegócio e a industrialização. Nesse período, com a reestruturação produtiva ocorrem contínuas rupturas na dinamização industrial, ainda, inserindo novos ramos industriais, como a metalúrgica e material de transporte.

Através do tempo, toda indústria no estado do Ceará passou por mudanças, modernizações tecnológicas e mantido um papel na economia cearense que nunca deixa de ser relevante. De acordo com o Portal das Indústrias, os principais setores industriais do estado do Ceará são o setor de construção com 27,3%, o de serviços industriais de utilidade pública com 24,6%, o de alimentos com 9,9%, o de couro e calçados com 7,3% e o de metalurgia com 6,0%. Ainda de acordo com o portal, existiam em 2020 cerca de 13.623 empresas industriais no Estado, o que corresponde a 2,9% das empresas que atuam em todo o país. Desse total, 70,9% correspondiam ao número de microempresas no Estado, com pequenas empresas tendo um percentual de 22,9%, médias empresas com 5,0% e grandes empresas com 1,2%. Já no segundo semestre de 2023, segundo o portal, existiam 14.344 empresas industriais em 2021 no estado. Representando 2,9% do total de empresas que atuam no setor industrial brasileiro.

2.1 Mudanças na Fortaleza do passado e na metrópole do presente

Compreendendo o contexto do espaço regional como um recorte espacial estabelecido através de processos históricos, culturais e econômicos, as regiões metropolitanas brasileiras foram criadas com grande influência do poder político e administrativo. Assim,

compreendemos como o conceito de região se institui, justapostos aspectos naturais e econômicos, sobretudo com a finalidade de ação e controle (Correa, 2003).

Em 1973, a Região Metropolitana de Fortaleza se estabeleceu nesse período, e desse modo, a capital chama atenção como uma das mais influentes capitais do nordeste brasileiro. Desde uma pequena vila no século XVIII desenvolvida às margens do riacho Pajeú, até ser estabelecida como cidade e capital da província do Ceará em 1826, após a independência do Brasil, Fortaleza se desenvolveu aos traços de Silva Paulet e Adolfo Herbster com suas plantas e inúmeros outros planos e projetos. Costa (2009, p. 95), explica quais mudanças conduziram a produção da cidade:

A cidade foi aos poucos se estruturando, conquistando espaço no sertão, em decorrência do algodão e de outros produtos, e se firmando como centro coletor de produção primária. A ferrovia e, posteriormente, a abertura de rodovias, provocaram a integração de Fortaleza com outros Estados da região e do país. Foi a partir dessa integração que ela se tornou foco de atração da população migrante. Seu crescimento demográfico acentuado, como vem ocorrendo nos últimos anos, têm vínculos íntimos com os longos períodos de estiagem que atingem o Ceará e, sobretudo com a estrutura fundiária vigente, que tem suas bases na grande propriedade dedicada à criação de gado. Sabe-se que esta atividade dispensa cada vez mais a mão de obra utilizada. Nos longos períodos de estiagem há uma redução significativa dos rebanhos cearenses, provocada tanto pelos altos índices de mortalidade ocasionados pela falta de pastagens e longos deslocamentos do gado em busca d'água, até a completa remoção de seus rebanhos por parte de alguns criadores que transferem seus animais para lugares mais seguros, livres da seca. Tanto os fatores de ordem climática, seca ou cheia, quanto os sociais, fundamentalmente a estrutura fundiária, dificultam, cada vez mais, a fixação da população no interior.

Nesse contexto de crescimento urbano, a cidade passou por grandes transformações desde sua ascensão no Ceará agroexportador no século XIX no período do Império, no capitalismo tardio e industrial na República e suas crises no século XX, até a globalização veemente do século XXI com suas tecnologias e redes. Com o passar dos séculos, Fortaleza não cresceu sozinha, mas teve uma rede de influência dilatada para além do seu centro na qual todos os municípios no seu entorno não puderam deixar de convergir à sua força polarizadora.

Um grande destaque foi o Plano de Desenvolvimento Integrado para a Região de Fortaleza - PLANDIRF, elaborado em 1972, e com patrocínio do Governo Federal, que segundo Costa (2009, p. 159) foram implementados vários projetos no sistema viário (como o 4º anel viário) e programas socioeconômicos mais voltados para as periferias, como a construção de conjuntos habitacionais e instalação de centros comunitários. Este plano pavimentou o caminho para o que viria logo no ano seguinte com a institucionalização da RMF em 1973 e de outros meios de planejamento, ação e controle, cujo qual a criação e governança da Região

Metropolitana, boa parte dos investimentos ficam retidos na capital tornando a rede cada vez mais fragmentada. Como afirma Costa (2009, p. 160):

Em 1973, foram implantadas as regiões metropolitanas, entre elas, a de Fortaleza, composta atualmente pelos municípios de Aquiraz, Pacatuba, Maranguape, Caucaia, Maracanaú, Eusébio e Fortaleza. Foram criadas, também, a Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza – AUMEF e Companhia de Desenvolvimento de Fortaleza – CODEPE, que passaram a controlar e supervisionar as atividades do planejamento físico e socioeconômico da RMF e do Município.

No primeiro momento, a RMF era composta pelos municípios de Fortaleza, Aquiraz, Caucaia, Pacatuba e Maranguape. Nas décadas de 1980 e 1990, com a emancipação de alguns distritos e municípios, estes também foram incorporados à RMF. Depois da virada de século, especialmente em 2009 e em 2014, outras cidades foram incluídas para a situação atual na qual a RMF já conta com 19 municípios, como mostra o Quadro 2 seguir:

Quadro 2 - Evolução de municípios constituintes da Região Metropolitana de Fortaleza

Ano	Evolução de Municípios Constituintes
1973	<ul style="list-style-type: none">● Fortaleza; Aquiraz; Caucaia; Pacatuba; Maranguape
1986	<ul style="list-style-type: none">● Maracanaú (emancipado de Maranguape em 1983)
1991 - 1999	<ul style="list-style-type: none">● Guaiúba (emancipado de Pacatuba); Eusébio (emancipado de Aquiraz em 1987)● Itaitinga● Chorozinho; Pacajus; Horizonte; São Gonçalo do Amarante
2009	<ul style="list-style-type: none">● Pindoretama; Cascavel
2014	<ul style="list-style-type: none">● Paracuru; Paraipaba; Trairi; São Luís do Curu

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em IPEA (2015)¹

Atualmente, a força polarizadora da metrópole fortalezense envolve 19 municípios incorporados a sua região metropolitana e concentrando maior parte de área urbanizada já consolidada (Figura 1).

¹ Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/150928_relatorio_arranjos_fortaleza.pdf. Acesso em 05 de set 2023.

(2018) Fortaleza é considerada no nível de metrópole junto de outras capitais nordestinas como Recife (PE) e Salvador (BA). Sua influência é bastante abrangente, se fazendo presente inclusive até em outras capitais nordestinas como Teresina e São Luís (nível Capital Regional A).

2.2 Dinâmicas populacionais na RMF

É fato que as dinâmicas de ocupação em Fortaleza se deram inicialmente a partir dos eventos de seca que ocorreram historicamente no Ceará. Durante o século XX, o processo de migração do campo para a cidade demarcou um outro contexto da urbanização fortalezense. Costa (2009, p. 152) explica que:

Com as grandes secas e o agravamento da questão agrária, o homem do campo também migrava para Fortaleza. Surgiram as primeiras favelas (Pirambu, Zé Padre e Mucuripe), principalmente a partir de seca de 1932. A população imigrava e alojava-se também na faixa litorânea e nas dunas, áreas desprezadas pela população de mais alta renda. Exploravam a pesca ou trabalhavam na indústria, no comércio ou na prestação de serviços.

Entendemos assim que as dinâmicas demográficas ocorreram dentro do próprio estado com foco na capital, isto é, a consolidação de Fortaleza na hierarquia urbana neste contexto. Contudo essa dinâmica, dantes por questões climáticas e agrárias, mudou. Bontempo (2015, p.170) afirma que na primeira década do século XXI presenciamos “(...) a existência de movimentos que se realizam em várias escalas, além dos movimentos inter-regionais, temos também enquanto tendência dos deslocamentos a intensificação de migrações intrarregionais e intrametropolitanas”. Outra colocação importante que Bontempo (2015, p. 172) expõe é a relação com a atividade industrial vigente com os movimentos migratórios nos municípios da RMF em relação a capital (naquele momento ainda com quinze componentes em 2010), como nota-se a maior taxa em Maracanaú (17,25%), Horizonte (13,87%), Caucaia (11,35%), Pacatuba (10,75%), Pacajus (9,04%), Aquiraz (8,51%), Maranguape (7,04%) e Eusébio (5%). Portanto, compreendemos o fundamental papel dos migrantes na constituição da cidade enquanto uma das metrópoles mais populosas do Brasil.

O crescimento populacional desde os anos 2000 até 2022 (tabela 1), como mostram os dados mais recentes do Censo Demográfico, exibem uma concentração populacional exorbitante em Fortaleza, apesar da diminuição populacional na capital e aumento em municípios da RMF como o caso de Maracanaú, Caucaia e São Gonçalo do Amarante. Essa diminuição na capital e continuidade desse aumento em outros municípios demonstram como

toda a Região Metropolitana vêm se transformando, mas ainda com evidente macrocefalia na capital.

Tabela 1 - População da Região Metropolitana de Fortaleza - Por município

Município	2000	2010	2022	Densidade Demográfica (2022)
Aquiraz	60.469	72.628	80.243	167,09
Cascavel	57.129	66.142	72.626	86,65
Caucaia	250.479	325.441	355.679	290,77
Chorozinho	18.707	18.915	20.163	68,02
Eusébio	31.500	46.033	74.170	941,03
Fortaleza	2.141.402	2.452.185	2.428.678	7775,43
Guaiúba	19.884	24.091	24.217	94,58
Horizonte	33.790	55.187	74.754	465,59
Itaitinga	29.217	35.817	64.648	420,65
Maracanaú	179.732	209.057	234.392	2230,8
Maranguape	88.135	113.561	105.093	180,11
Pacajus	44.070	61.838	70.534	281,79
Pacatuba	51.696	72.299	81.238	609,73
Paracuru	27.541	31.636	38.691	126,97
Paraipaba	25.462	30.041	32.216	111,39
Pindoretama	14.951	18.683	23.345	315,33
São Gonçalo Do Amarante	35.608	43.890	54.021	64,11
São Luís Do Curu	11.497	12.332	10.822	88,08
Trairi	44.527	51.422	58.415	62,9

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2000/2010/2022.

Diante disso, dos dados de 2010 para 2022, podemos citar como destaques os municípios de Maranguape e São Luís do Curu, que tiveram diminuição da sua população (assim como Fortaleza). Seja por movimento pendular para trabalho, seja por dispersão da população para morar em municípios vizinhos, a dinâmica da população é constante. Vale destacar o movimento pendular de Fortaleza-Maracanaú (vice-versa) por motivações de trabalho, estudo e lazer.

Se podemos falar de movimentos e mobilidades dentro da Região Metropolitana de Fortaleza, podemos que na tabela 1 a população está se flexibilizando entre os municípios dentro deste espaço metropolitano. Fortaleza, é claro, possui a maior densidade populacional, o que é notável dado sua importância enquanto metrópole, mas o que se pode observar de mais interessante nisso são os municípios de Maracanaú e Caucaia que vem tendo seu número de habitantes aumentado no decorrer de duas décadas dado os fenômenos que se transcrevem como a industrialização, primeiramente, o comércio e o turismo, depois.

Em suma, o espaço metropolitano impactado pelas atividades industriais se alastrou da capital para Maracanaú, o que nos remete as transformações do passado e do presente no município.

2.3 Maracanaú e o Distrito Industrial

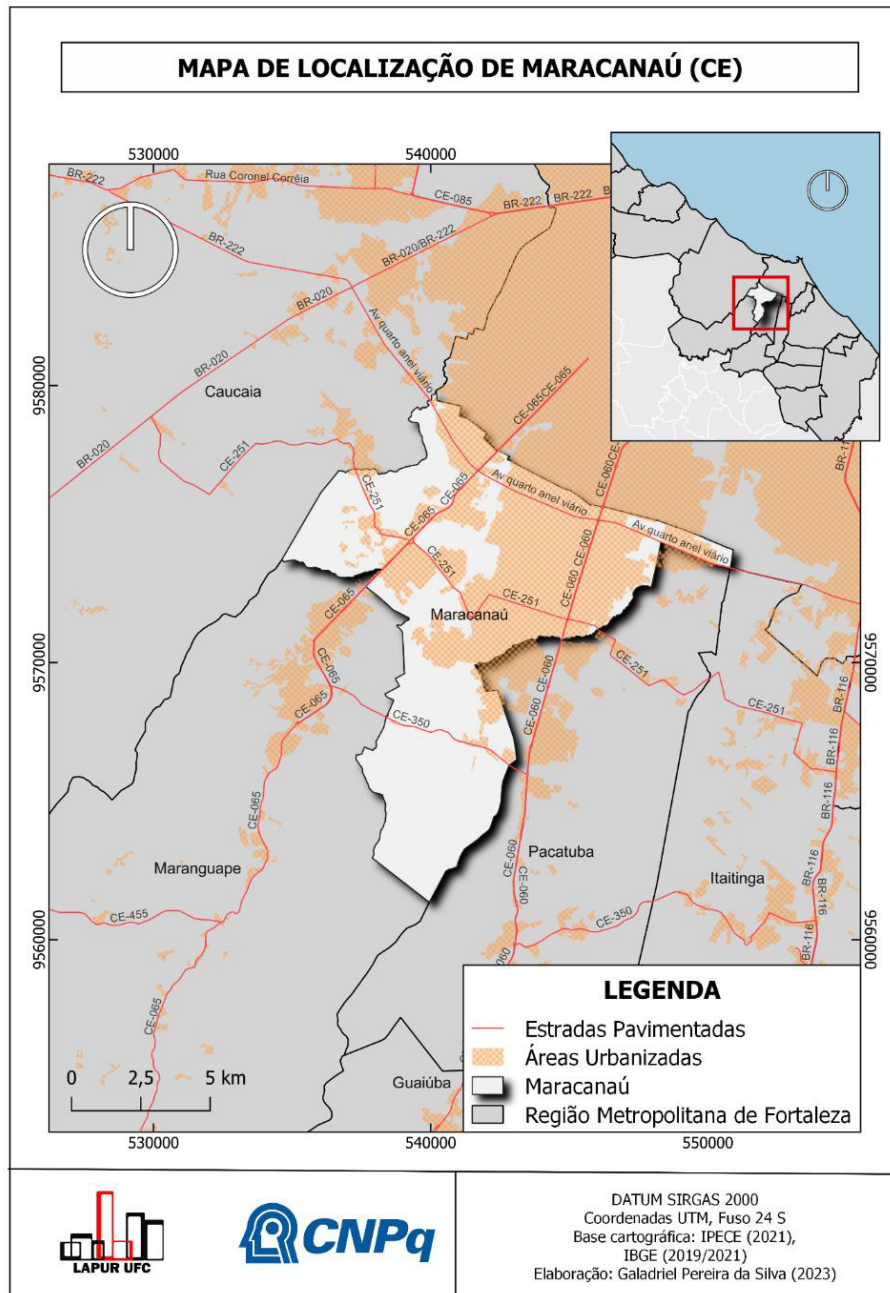
Diante dessas transformações históricas, o Estado, em sua posição de mediação, tem conciliado as demandas capitalistas de produção. Como aponta Muniz (2019, p. 2) o Estado vem se associando aos desejos dos setores econômicos “adaptando a organização social, espacial e econômica às novas necessidades do capital e assim organizando um espaço apto ao desenvolvimento da atividade capitalista” e, portanto, uma consequência foi a realocação de indústrias para fora do espaço da capital para outros municípios das regiões metropolitanas — no caso da Região Metropolitana de Fortaleza esse movimento pode ser observado na transferência de indústrias do corredor da Avenida Francisco Sá, em Fortaleza, para o Distrito Industrial de Maracanaú ainda na década de 1960.

Vale ressaltar que Maracanaú (Figura 2), em 1648, foi espaço de encontro dos colonizadores com os povos indígenas de Jaçanaú, Mucunã e Cágado. Mas foi a partir da década de 1970 do século XIX que o povoamento se expandiu no entorno da lagoa de Maracanaú e, depois, das lagoas de Jaçanaú e Pajuçara. Em 1875, como a inauguração da linha férrea em Maranguape, houve demanda para expandi-la até o povoado, este que passou a se chamar Vila do Santo Antônio do Pitaguary em maio de 1882. Logo no início do século XX, em 1906, passa então a se tornar distrito de Maranguape, o que gerou várias tentativas de emancipação desde então. A primeira foi em 1953 coordenada pelos tenentes Mário de Paula Lima e Raimundo de Paula Lima. Em 1962 ocorreu outra tentativa encabeçada pelo Padre José Holanda do Vale, mas que alcançou o objetivo, porém não se manteve diante da Golpe da Ditadura militar efetuado em 1964 que desfez o até então município emancipado na época. Após tentativas não tão bem-sucedidas, uma outra tentativa ocorreu com a participação do “Movimento de

Integração e Desenvolvimento de Maracanaú” (MIDEMA), organizado por jovens Distrito, além de que participaram também outros dois movimentos, sendo estes o “Frente de Apoio à Emancipação de Maracanaú” (FAPEMA) e o “Conselho de Defesa dos Interesses de Maracanaú” (CODIM) no ano de 1981. A história do município é fortemente marcada pelas manifestações sociais de sua população expressadas em embates políticos em prol de emancipação. Contudo, foi em 1983, dez anos após a institucionalização da Região Metropolitana de Fortaleza (1973), que o município foi finalmente emancipado de Maranguape e a Lei Estadual Nº 10.811 foi assinada confirmando tal condição².

² Disponível em: <https://www.maracanau.ce.gov.br/historia-de-maracanau/> Acesso em 5 de Ago 2022.

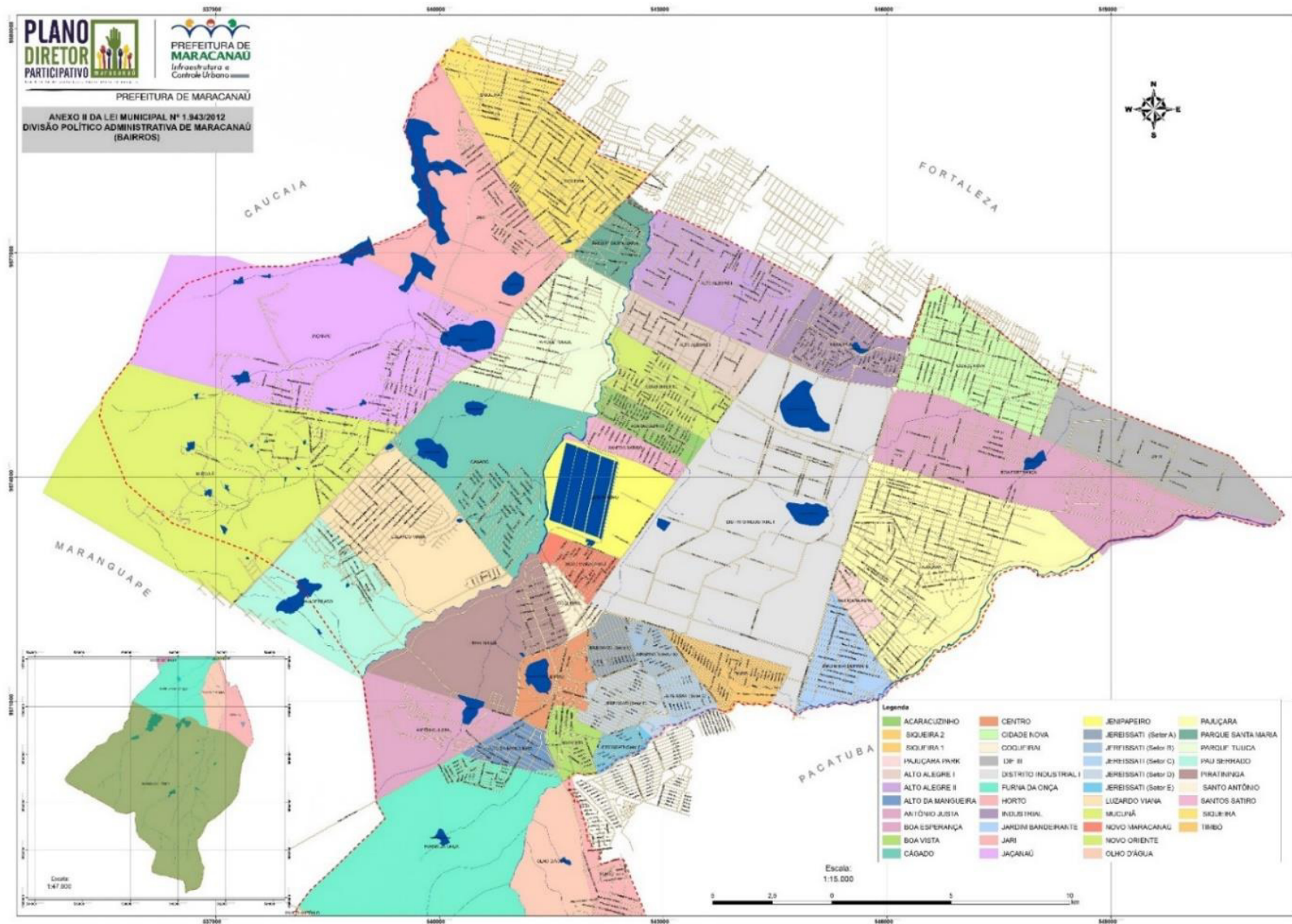
Figura 2 - Mapa de localização Maracanaú



Fonte: IBGE (2019). Elaborado pelo autor (2024).

Com uma área territorial de 105,071km², conta com 38 bairros (Figura 3), de acordo com Segundo a Lei N° 1.943, de 28 de Dezembro de 2012, que contou acréscimos mediante decretos das leis de Lei N° 2.074, de 23 de Setembro de 2013 e Lei n° 2.797, de 14 de março de 2019.

Figura 3 - Bairros de Maracanaú



Fonte: Prefeitura de Maracanaú (2012).

De acordo com informações disponibilizadas no documento de perfil básico de Maracanaú 2017³, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam para um grande crescimento da população urbana do município. Em 1991, a população total era de 157.151 habitantes e o número da população urbana era de 156.410, uma porcentagem de 99,53% diante do total da população residente. Em 2000 a população total foi para 179.732, e a população urbana nesse sentido era de 179.170, representando 99,69% do total. Já em 2010, a população urbana era de 207.623, expressando 99,31% do número total da população residente que era de 209.057. Com dados atualizados do Censo de 2022, a população total era de 234.509. Quanto aos domicílios particulares ocupados por situação e média de moradores no ano de 2010, o Censo Demográfico revela que, do total de 57.955 domicílios, 57.581 estavam em situação urbana e apenas 374 em áreas rurais.

Tabela 2 - População residente durante as décadas 1991/2000/2010

DISCRIMINAÇÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE							
	1991		2000		2010		2022 ⁴	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
TOTAL	157.151	100	179.732	100	209.057	100	234.509	100
Urbana	156.410	99,53	179.170	99,69	207.623	99,31	-	-
Rural	741	0,47	562	0,31	1.434	0,69	-	-

Fonte: IPECE (2017) com base em IBGE (1991/2000/2010/2022)

De fato, o município manteve uma importante conexão com a capital do Ceará pela proximidade. Ao limite norte de Maracanaú que se encontra Fortaleza e a relação entre as cidades se tornou mais próxima a partir, principalmente, dos desdobramentos da evolução industrial. Ainda na década de 1960 houve a construção do I Distrito Industrial de Maracanaú que representou um grande momento para o até então distrito de Maranguape. Já como parte do espaço metropolitano de Fortaleza e com o I Distrito Industrial já consolidado, a cidade de

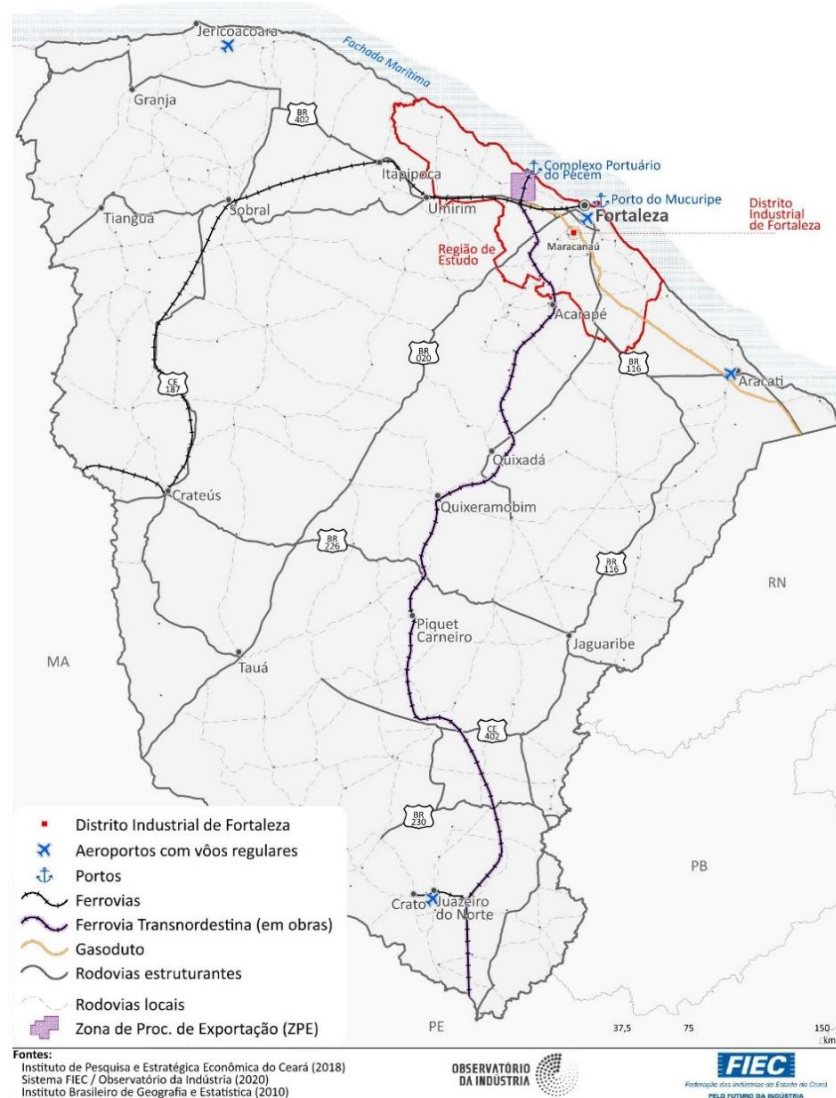
³ Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Maracanau_2017.pdf Acesso em: 15 de ago 2022.

⁴ Até a data de conclusão deste trabalho ainda não havia sido divulgado os dados acerca da população urbana e rural do município. Somente população total.

Maracanaú apresentou considerável expansão no número de instalações industriais, infraestruturas e aparatos técnicos provenientes das demandas do setor que trouxe uma dinâmica maior ao espaço da Região Metropolitana de Fortaleza (Carvalho, 2009). A relação metropolitana do município em escala regional revela também um adensamento populacional proveniente do processo de urbanização, não só no aspecto da expansão industrial, mas também no que se refere à presença de conjuntos habitacionais resultantes da dinâmica de metropolização, isto é, afere no arranjo urbano da RMF “um nível muito alto de integração” (Costa e Amora, 2015).

Com a instalação do Distrito Industrial e a efetiva emancipação do município, Maracanaú teve seu espaço urbano reivindicado pelas atividades industriais. Na sua estratégica localização, o Distrito Industrial pode ser acessado através da CE-060, com ligação pelo Quarto Anel Viário à BRs 116, 020 e 222 e a CE-065 (Figura 4). Toda essa lógica de vias garante uma conexão com portos, aeroporto e áreas de exportações. A Linha sul da Companhia Ferroviária do Nordeste também se conecta ao DI. Já passou por inúmeras administrações desde a Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC) até 1969; Banco de Desenvolvimento Econômico do Ceará (BANDECE) até 1979; Companhia de Desenvolvimento Industrial do Ceará (CDI) até 2015 e atualmente Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODECE).

Figura 4 - Localização do Distrito Industrial



Fonte: Sistema FIEC - Federação das Indústrias do Estado do Ceará (2021)

2.4 Expansão urbana e metropolização do espaço

Como coloca Pereira Júnior (2015, p. 82) a industrialização cearense teve grande marco na capital quando a primeira zona industrial se estabeleceu na Avenida Francisco Sá, no bairro Centro e Jacarecanga até se expandir para mais oeste da cidade. Na década de 1920, nesse setor industrial da Francisco Sá foi onde ficou concentrada grande parte das fábricas (Figura 5). Isso só veio a ser fortalecido na década de 1960 com os incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Figura 5 - Distribuição e expansão das zonas industriais em Fortaleza

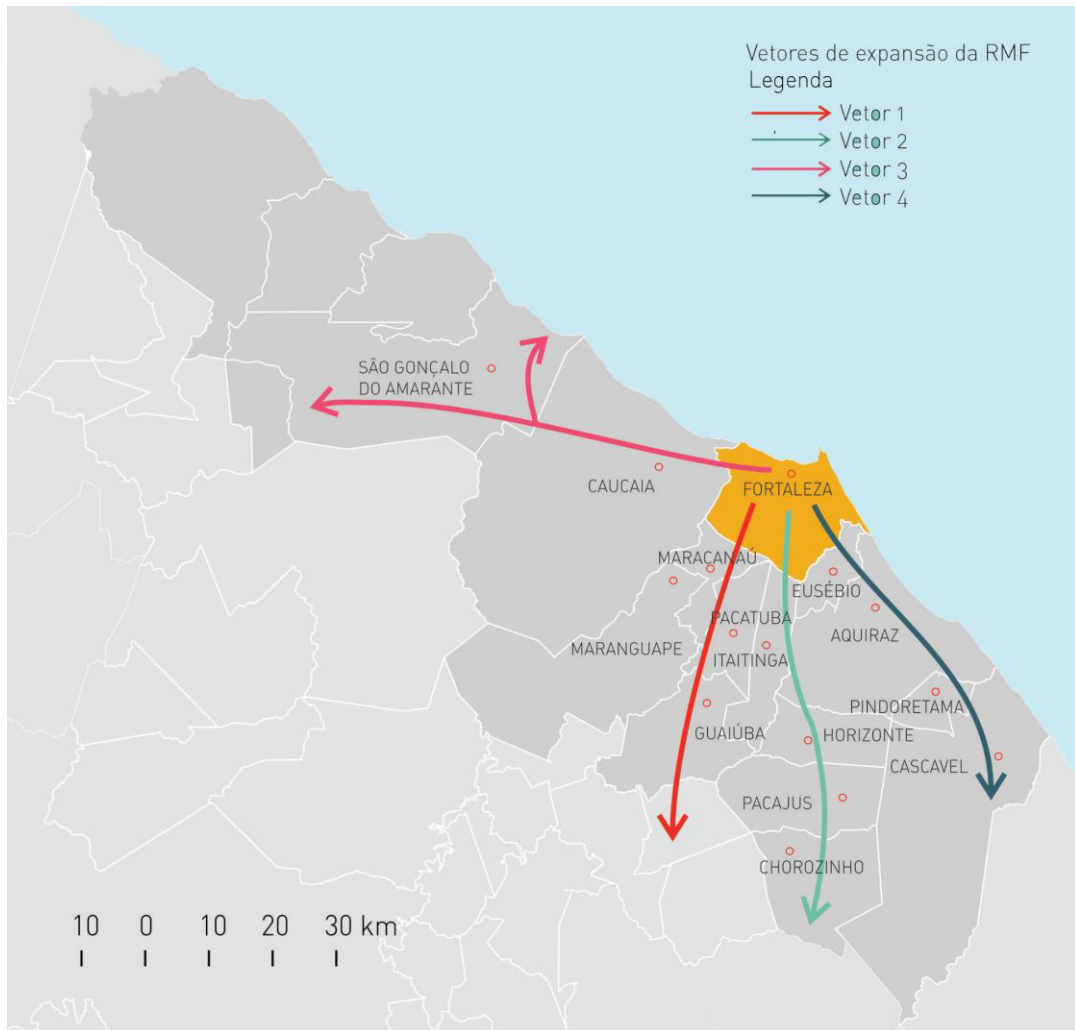


Fonte: Pereira Júnior (2015).

Nesse sentido, o impacto de desenvolvimento econômico inseriu o Ceará e Fortaleza, mais especificamente, como cidade centralizadora para escoamento de mercadorias com sua engenharia de estradas e linhas férreas que ligavam o interior do estado à capital e mantinham fluxos de mercadoria. Assim, a capital se fortalece a partir de meados do século XXI como polo da economia, da indústria e dos serviços.

E é de Fortaleza que enxergamos as dinâmicas fluírem cada vez mais e com mais impulsos e atrações, em vetores (Figura 6). A partir da sua força polarizadora, se traçam os vetores de expansão da Região Metropolitana de Fortaleza.

Figura 6 - Vetores de expansão da RMF



Fonte: Cavalcante (2016).

Na expansão industrial para Maracanaú temos o vetor traçado pela CE-060 e CE-065 que duplicadas de Maracanaú e Fortaleza disponibilizaram maiores relações industriais no espaço metropolitano, juntamente à estrada de ferro que cortava tanto Fortaleza como Maracanaú. Com criações de grandes conjuntos habitacionais das políticas do BNH como o do Jereissati, do Industrial e Acaracuzinho, por exemplo, formaram um eixo metropolitano imobiliário de acordo com as intenções das atividades industriais (Souza, 2015).

Na figura 6 observamos o vetor 1 de expansão para Maracanaú e, em ordem, o vetor 2 que liga a metrópole para os municípios de Horizonte e Pacajus traçando o caminho de desenvolvimento industrial criando o corredor industrial da BR 116 consequência da reestruturação produtiva (Souza, 2015, p. 14). Na sequência, o vetor 3 que liga a Caucaia e a São Gonçalo do Amarante realça um caminho litorâneo que se permite às praias do litoral oeste como Icaraí, Iparana, Tabuba e Cumbuco. Como um espaço de segundas residências, pousadas,

hotéis e serviços advindos das fortes atividades turísticas, esse vetor, desenhado pela BR 222 e pela linha férrea, faz caminho até o Complexo Portuário do Pecém (CIPP) deixando marcas das construções dos conjuntos habitacionais e de forte impacto do interesse imobiliário. Mencionado o setor imobiliário, o quarto vetor de expansão se desenha pelo através da Avenida Washington Soares e pelo litoral leste pela CE-040, passando por municípios de grande potencial turístico e alvos da especulação imobiliária como Aquiraz e Eusébio, este profundamente definido pelos loteamentos e pela expressão imobiliária dos condomínios fechados.

Para Di Méo, a metropolização “faz referência a processos” (2008, p. 3.) ou seja, a urbanização herdada do passado se recria com processos mais latentes e metamórficos na sociedade pós-moderna correlacionando cidades, regiões e sociedades a um outro grau de (des)conectividade global. Segundo ele,

(...) a metropolização reveste-se de algumas sólidas características gerais, se ela acompanha o “rolo compressor” unificador da mundialização/globalização, ela deve igualmente ter em conta os efeitos do contexto que segregam seus inumeráveis lugares e territórios (Di Méo; 2008, p. 5).

Corroborando, Lencioni (2020, p. 176) afirma que “a metropolização se constitui numa associação de processos sociais e espaciais relacionada à reestruturação do capital e do espaço que revoluciona e metamorfoseia o urbano coexistindo com antigos processos de urbanização.”

No seio das grandes metrópoles, como nas capitais do nordeste e suas regiões metropolitanas, com implementações de empreendimentos e logísticas de nível regional e globalizado, a expansão urbana feroz acompanhada de processos como a industrialização, com as dinâmicas populacionais, com o turismo e os empreendimentos, com a tecnologia e os serviços, agregam e desagregam espaços através de processos fluídos no tempo, por vezes redigidos por forças políticas, causando metamorfoses espaciais impactantes nas sociedades metropolitanas, sobretudo na economia mas até mesmo de maneira cultural.

Nos referimos então a vários processos dinâmicos do passado que se distendem multiplamente trazendo consigo a urbanização e a industrialização do século XX que no decorrer do tempo enraizaram modelos urbanos e hierarquias de cidades, mas que atualmente tem-se desmascarado em novas feições metropolitanas que se afeiçoam cada vez mais a globalização, a tecnologia e a informação e aos serviços e circulações dinâmicas com dissimetrias nas mais constantes ações.

Na análise de Ferreira (2016, p. 443) ele coloca que

Ao falar em metropolização do espaço, devemos remeter-nos de imediato a alguns fatos que darão sentido à análise. O primeiro é a consideração de que o fenômeno urbano, ligado à industrialização e à aglomeração (complexos urbano-industriais), marca das décadas anteriores à atual, vem dando lugar ao fenômeno metropolitano, ligado à desindustrialização, à desconcentração e à “explosão” da metrópole, isto é, à difusão dos códigos metropolitanos, num sentido amplo dessa imagem, num espaço muito além dos limites das regiões metropolitanas oficialmente delimitadas. O segundo fato é de que diversos outros processos espaciais estarão afetados por essa transformação de urbano para urbano-metropolitano ou, simplesmente, metropolitano. Especificamente estarão sendo referidos à gestão territorial e às relações urbano-rurais, processos percebidos como fortemente marcados pela metropolização do espaço.

Portanto, observando a figura 5 e a figura 6 inferimos o papel das atividades industriais como vetor(res) de metropolização, compreendendo como esta criou, destruiu e recriou espaços com outras formas e funções, elevando assim os movimentos e a força da urbanização para um nível de mais fluxo espacial. Então, percebermos como os vetores de expansão da Região Metropolitana de Fortaleza se enveredam no sentido da metropolização do espaço, seja pela fumaça das fábricas, seja pela brisa do mar, pois o turismo e a vilegiatura acompanhados dos serviços que provêm das atividades e suas práticas são também inegáveis fontes do que se diz “metropolização turística” na RMF (Dantas, 2013).

Apesar da RMF ter sido institucionalizada com viés um político administrativo bastante pertinente e seu aglomerado urbano se concentrar na capital, as dinâmicas da industrialização moldaram e fragmentaram, por um viés econômico e social, sua organização espacial e a vida das pessoas.

3. VULNERABILIDADE SOCIAL NO ESPAÇO METROPOLITANO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Segundo Marandola Júnior e Hogan (2005) a discussão acerca da vulnerabilidade nos estudos geográficos, sempre tratam da relação homem x natureza e ganhou força nos anos 1970-1980, atrelando o conceito ao de risco. Segundo eles, a dimensão social e demográfica da vulnerabilidade possui nos estudos muitas dimensões teóricas e metodológicas, onde avançam no sentido de entender os riscos ambientais atrelados, posteriormente, a um contexto socioeconômico.

Foi na década de 1990, durante a Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) e Organização das Nações Unidas (ONU), que um documento sobre o estudo de ativos, vulnerabilidade e estruturas de oportunidades (AVEO) foi elaborado pela Oficina CEPAL em Montevideo. Neste documento é apontado que entendendo o que significa as noções

de exclusão, ativos e vulnerabilidade auxiliam para entender as estruturas profundas subjacentes à pobreza (Kaztman; Filgueira, 1999. p. 8. tradução nossa)⁵. Nesse sentido, adentra-se na questão sobre ativos, recursos e estruturas de oportunidades no que se refere ao enfrentamento à pobreza, desigualdade e vulnerabilidade.

O marco conceitual AVEO é fundamental para o avanço metodológico e conceitual para tratar de aspectos relacionados à vulnerabilidade. Para Kaztman e Filgueira (1999, p. 19), recursos são compreendidos como todos os bens que uma família possui enquanto os ativos se referem aos recursos que permitem que as estruturas de oportunidades sejam aproveitadas pelas pessoas.

La idea de activo que se utiliza en este texto, en cambio, se refiere al subconjunto de esos recursos que componen aquellos cuya movilización permite el aprovechamiento de las estructuras de oportunidades existentes en un momento, ya sea para elevar el nivel de bienestar o para mantenerlo ante situaciones que lo amenazan. (Kaztman; Filgueira, 1999, p. 19).

As capacidades são um recurso específico que, em determinado momento, podem funcionar como eventualmente necessárias para a mobilização de outros recursos (Kaztman; Filgueira, 1999, p.20).

Já estruturas de oportunidades são probabilidades de acesso a bens, serviços e realizações de atividades que afetam o bem-estar das famílias diante do uso dos próprios recursos ou de novos recursos que são oferecidos (Kaztman; Filgueira, 1999, p.9).

Diante disso, para os autores, o conceito de ativos deve acompanhar o de estruturas de oportunidades que são ocasionadas pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade. Isso porque o acesso a ativos refletirá na capacidade das famílias em vulnerabilidade de responder às questões que lhes toca, influenciando assim na intensidade de sua vulnerabilidade. Como afirmam os autores:

El nivel de vulnerabilidad de un hogar -que se refiere a su capacidad para controlar las fuerzas que lo afecta- depende de la posesión o control de activos, esto es, de los recursos requeridos para el aprovechamiento de las oportunidades que brinda el medio en que se desenvuelve. (Kaztman; Filguera, 1999, p. 8)

Portanto, as estruturas de oportunidades representam uma possibilidade de resposta diante das difíceis condições de vulnerabilidade em que determinadas pessoas, famílias e grupos se encontram.

⁵ No original: Tal es el caso, por ejemplo, de las nociones de exclusión, activos y vulnerabilidad, que desde ángulos distintos pero complementarios proponen herramientas para examinar las estructuras profundas que subyacen la pobreza.

Dessa forma, a relação entre avanços econômicos, comprovados em altos índices de sucesso da produção industrial, principalmente, não significam que a população esteja com ótimas condições de qualidade de vida e nem tenha superado uma situação de vulnerabilidade social. E para sair dessa condição de vulnerabilidade a ascensão social por meio do ganho de renda através da disponibilidade de emprego pode ser ou não (dependendo se há a captação dessas pessoas pelo mercado de trabalho) uma estrutura de oportunidade. E é nesse sentido que a profissionalização do indivíduo da zona urbana, pobre e em vulnerabilidade socioeconômica, seria capaz de fazê-lo encontrar na educação uma chance, uma oportunidade de muitas.

O governo do Ceará durante as duas gestões de Cid Gomes (2007-2010 e 2011-2014) e as duas gestões de Camilo Santana (2015-2018 e 2019-2022), a indústria cearense apresentou grandes números de desenvolvimento. Não podemos deixar de citar o Porto do Pecém e sua consolidação neste período, durante estes governos, e a forte máquina do estado nesse fortalecimento de desenvolvimento econômico do Ceará para o mundo.

Com este cenário, focaremos em Maracanaú. Sabe-se que Maracanaú é um município consolidado com grande participação no PIB estadual e grandes números quando o assunto é desenvolvimento industrial e econômico, onde na década de 2010 teve grande êxito. Segundo o IPECE no relatório de Análise do PIB dos municípios cearenses, o Produto Interno Bruto de Maracanaú era de 1.670.133 (2002), 4.499.790 (2010), 8.540.212 (2017) e 10.456.282 (2018), isto a preços correntes (R\$1.000). Ou seja, Maracanaú ainda aumentou sua participação no PIB estadual vindo de 5,82%, em 2002, para 6,71%, no ano de 2018.

O relatório de Estratégias para o desenvolvimento de cluster para o Ceará da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) publicado em 2021, se utiliza da análise do Produto Interno Bruto através de recortes espaciais a nível municipal (somente Maracanaú), de região influência direta (Maracanaú e Fortaleza) e do recorte da região de planejamento (a própria região metropolitana de Fortaleza)

Com base neste relatório, podemos observar na tabela 3 a seguir, Maracanaú teve grande aumento na variação do Produto Interno Bruto, com variação significativamente diferente da estadual, com 18,01% e apenas -1,88% em quatro anos.

Tabela 3 - Produto Interno Bruto (PIB) Municipal (2014-2018)

Escala	Variação entre 2014-2018 (em milhões de reais)		
	PIB 2014	PIB 2018	Variação Real (%) ⁶
Maracanaú	7.029	10.456	18,01
Região de Influência Direta (Maracanaú e Fortaleza)	63.146	77.480	-2,66
Grande Fortaleza (Região de Planejamento)	81.842	100.777	-4,84
Ceará	126.054	155.904	-1,88

Fonte: Observatório da Indústria/SFIEC a partir de dados do Ministério da Economia e do IBGE(2019). Adaptado pelo autor (2024).

Com base no mesmo supracitado relatório, a análise da renda média da região de influência direta (Maracanaú e Fortaleza) era superior que da Região de Planejamento e, no índice de Gini (indicador de distribuição de renda) Maracanaú possui a melhor distribuição de renda entre as escalas comparadas.

⁶ O Produto Interno Bruto se refere ao valor total, enquanto a variação real é a porcentagem do cálculo da diferença entre os valores do próprio PIB.

Tabela 4 - Indicadores sociais: renda média do trabalhador e Índice de Gini⁷

Escala	Renda média (2019)	Índice de Gini
Maracanaú	R\$ 1.952,32	0,443
Região de Influência Direta (Maracanaú e Fortaleza)	R\$ 2.703,94	0,596
Grande Fortaleza (Região de Planejamento)	R\$ 2.569,86	0,567
Ceará	R\$ 2.299,94	0,551

Fonte: Observatório da Indústria/SFIEC a partir de dados do Ministério da Economia e do IBGE.

Adaptado pelo autor.

Destarte, o mesmo relatório aponta dados dos empregos formais e dos estabelecimentos no ano de 2019 na estruturação econômica nos vários setores (Tabela 5). Como revela o próprio estudo, percebe-se o grande impacto do parque fabril maracanaense, que registra 45,4% de todo o seu emprego concentrado no setor industrial, enquanto, por sua vez, na Região de Influência (Fortaleza e Maracanaú), esse mesmo indicador cai para 11,8%.

⁷ O Índice de Gini foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda. Fonte: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28 Acesso em 30 de mar 2024.

Tabela 5 - Estabelecimentos e emprego formal nos setores (2019)

Setor	Maracanaú			Região de Influência			Região de Planejamento		
	Estab.	Emp.	(%)	Estab.	Emp.	(%)	Estab.	Emp.	(%)
Agropecuária	7	75	0,1	99	2.456	0,3	270	6.206	0,6
Serviços	738	19.133	30,7	21.244	539.697	64,0	23.900	613.808	60,8
Comércio	1162	13.342	21,4	17.057	157.913	18,7	19.984	182.088	18,0
Indústria	525	28.325	45,4	5.041	99.715	11,8	6.524	156.476	15,5
Constr. Civil	138	1.495	2,4	2.788	44.005	5,2	3.316	51.312	5,1
Total	2.570	62.370	100	46.229	843.786	100	53.994	1.009.890	100

Fonte: Observatório da Indústria/SFIEC a partir de dados do Ministério da Economia e do IBGE.

Adaptado pelo autor.

Podemos observar na tabela que, apesar de não termos a dimensão do porte desses estabelecimento, é possível analisar que somente o setor secundário, focando apenas na região de planejamento, apresenta um número de 6.524 estabelecimentos e de 156.476 empregos gerados. Já focando no setor terciário, com a junção do comércio e dos serviços obtemos um valor maior do que a do setor produtivo, totalizando 43.884 estabelecimentos e 795.869 de empregos. Nos outros recortes, somente Maracanaú ou na Região de Influência, também observamos a maior expressividade de estabelecimentos e empregos do setor terciário.

Todos esses milhões de reais (Tabela 3) são altamente expressivos quando comparados, mostrando assim uma evolução positiva economicamente para o estado, o município e toda a Região Metropolitana de Fortaleza. Todavia, quais foram os impactos positivos para a qualidade de vida da população? De fato, a realidade das condições de vida na Região Metropolitana de Fortaleza está comprometida pela desigualdade social. Como aponta Pereira e Costa (2015, p. 307) nas metrópoles, espaços privilegiados para a acumulação de riquezas, constatam-se, historicamente, determinados grupos impedidos de inserir-se no

processo de mobilidade social. Dá-se então a importância de analisar como o crescimento econômico e as melhorias sociais ocorreram, se de forma igualitária ou não.

No documento de caracterização municipal de 2017, de acordo o IPECE, sobre desenvolvimento social, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 possuía o valor de 0,686. A população extremamente pobre correspondia a 7,05% da população total do município de acordo com o censo daquele mesmo ano. Quanto ao desenvolvimento econômico, o Índice de Desenvolvimento Municipal de Maracanaú (IDM, com indicadores econômicos) foi de 57,17 em 2010, ocupando terceiro lugar no ranking estadual, de acordo com o IPECE (2010). Já em 2016 foi de 59,19, ocupando a sexta posição no ranking estadual (IPECE, 2016).

Outras informações que valem a pena ressaltar dizem respeito ao Índice de Desenvolvimento Social (IDS). O IDS uma medida de desenvolvimento dos municípios que considera em seu cálculo as dimensões de educação, saúde e habitação. É uma forma direta de mensurar e classificar o desempenho dos municípios na promoção do desenvolvimento social. Existem dois tipos o de Oferta (IDS-O) e o de Resultado (IDS-R)⁸. Enquanto aquele foi de 0,801 em 2015, este representou o valor de 0,739, no mesmo ano. Em outras palavras, o IDS-O pode ser considerado de Alto Desenvolvimento Social ($0,800 \leq \text{IDS} \leq 1,000$) e o IDS-R de Médio-Alto Desenvolvimento Social ($0,650 \leq \text{IDS} < 0,800$). Portanto, Maracanaú no decorrer da década de 2010 apresentou resultados satisfatórios na análise deste índice.

⁸ “O IDS de oferta (IDS-O) inclui indicadores relacionados principalmente à oferta de serviços públicos e infraestrutura, e no âmbito das políticas públicas oferece informações importantes para o planejamento de intervenções que podem, direta e/ou indiretamente, afetar as condições de inclusão social. O segundo (IDS-R) tem como objetivo de captar os resultados promovidos pelas condições de oferta em cada município e considera indicadores que refletem de forma mais direta o bem-estar da população.” (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – IDS 2012-2015, 2017). Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/05/IDS-2017.pdf>

Tabela 6 - Dados De Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da RMF

Territorialidades	IDHM CENSO 2000	IDHM CENSO 2010
Brasil	0,612	0,727
Aquiraz (CE)	0,499	0,641
Cascavel (CE)	0,493	0,646
Caucaia (CE)	0,555	0,682
Chorozinho (CE)	0,437	0,604
Eusébio (CE)	0,507	0,701
Fortaleza (CE)	0,652	0,754
Guaiúba (CE)	0,454	0,617
Horizonte (CE)	0,493	0,658
Itaitinga (CE)	0,475	0,626
Maracanaú (CE)	0,575	0,686
Maranguape (CE)	0,524	0,659
Pacajus (CE)	0,508	0,659
Pacatuba (CE)	0,533	0,675
Pindoretama (CE)	0,493	0,636
São Gonçalo Do Amarante (CE)	0,459	0,665

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil⁹, Ipea e FJP, 2022. Adaptado pelo autor.

Não obstante, o perfil básico do município designa indicadores educacionais no ano de 2016, especificando com taxas de escolarização por via de paridade municipal, a aprovação de 95,7% de estudantes referente ao Ensino Fundamental e 78,4% de aprovação relativo ao Ensino Médio. Já por via de comparação à nível estadual, os números indicam 93,1% e 84,6% de aprovação no Ensino Fundamental e Médio, respectivamente.

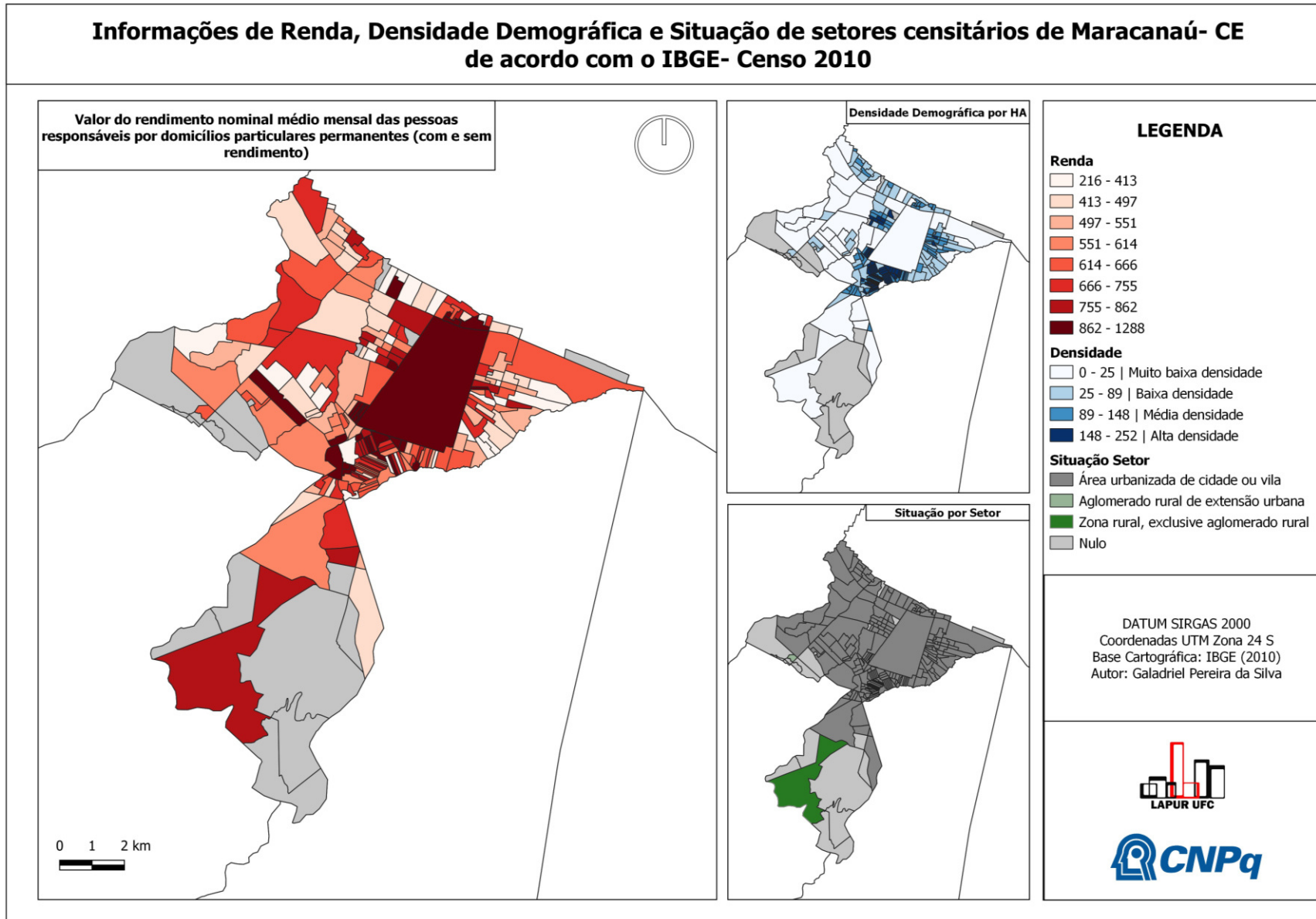
Em Maracanaú a maior extensão de área urbanizada no município na porção norte de seu território (Figura 7), observando-se os processos de conurbação com Fortaleza. Há uma grande concentração de renda no setor que representa o Distrito Industrial, contudo é nele que

⁹ Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

se caracteriza uma das menores densidades dos setores, isto é, com o grande peso da presença das indústrias neste setor censitário revela-se ao mesmo tempo uma das maiores concentrações da renda, mas não de domicílios/famílias. Já a porção central do município onde se localizam os bairros Novo Maracanaú, Coqueiral, Antônio Justa, Jereissati, Centro, Timbó, Boa Vista e Alto da Mangueira, é onde podemos perceber maior divisão dos setores censitários e variação na renda e na densidade demográfica, tendo em vista ser uma área bastante urbanizada.

A parte sul do município, quando há dados disponíveis para seus setores, apresenta variada renda, incluindo naqueles cuja situação é rural nos bairros Furna da Onça e Santo Antônio, por exemplo. Interessante observar esse alto valor da renda nesse setor/bairro rural se dá pela presença também de atividades econômicas, nesse caso mais voltadas para pecuária e alimentos.

Figura 7 - Mapa de renda, densidade demográfica e situação por setores em Maracanaú



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo IBGE (2010).

Na figura 7, o rendimento nominal médio mensal dos responsáveis por domicílios particulares permanentes do ano de 2010 se relaciona com os dados de renda média de 2019 apresentados na tabela 4. Assim sendo, considerando que a renda por responsáveis de domicílios e a renda média podem nos apresentar um diálogo, podemos inferir que valor máximo de renda de R\$ 1.288 (2010) apresentado no mapa e a renda média de R\$ 1.952,32 (2019) da tabela, dispõe de um aumento de renda considerável, mas que quando colocado na dimensão espacial no mapa vemos um indicativo da má distribuição de renda que está incorporado ao território do Distrito Industrial.

Assim temos a relação de inúmeras variáveis, algumas já apresentadas nos mapas anteriores como a renda, a urbanização e a distribuição da população. Analisando por unidades de desenvolvimento humano é oportuno compreendermos os níveis de vulnerabilidade apontados no mapa anterior. Analisando o mapa da figura 7 temos um quadro geral no qual podemos inferir a localização na porção norte de Maracanaú dos setores censitários das áreas urbanizadas com alta densidade demográfica e rendimento mensal bastante desigual, está expresso um índice médio de vulnerabilidade social médio. Aliás, neste contexto que se localiza o IFCE Maracanaú. Mais abaixo do Distrito Industrial (DI) conseguimos observar os bairros Jereissati e Centro, assim como demais áreas dentro da Unidade de Desenvolvimento Humano Municipal, em um azul que aponta um baixo índice de vulnerabilidade social. Destacam-se como áreas de alta vulnerabilidade ao noroeste do município como nos bairros Siqueira, Alto Alegre I e II, mais próximos da periferia de Fortaleza (conurbação com bairros Canindezinho, Parque Presidente Vargas e Mondubim). Além disso, as áreas rurais na parte sul de Maracanaú que, apesar de ter alta renda e baixa densidade, possui alto nível de vulnerabilidade social. Vale ressaltar, que nesta região do município é onde está territorializada a comunidade indígena dos Pitaguary.

Ademais, não se pode apenas reafirmar os impactos da indústria e esquecer a importância da população indígena na formação territorial do município diante das divisões territoriais presentes na dinâmica intraurbana. A comunidade indígena Pitaguary possui suas terras de vivência estabelecidas e convive, diante das metamorfoses urbanas que tanto afetam as práticas da cidade e do campo, preservando suas crenças, costumes e hábitos.

Em um outro contexto da metade da década de 2010 aos anos 2020. Queiroz (2024, p. 66) vai apontar justamente que a descentralização industrial teve sua contribuição na urbanização do município, e que, “(...) a localidade de Maracanaú vai se transformando, crescendo e desenvolvendo o seu setor terciário, formando, assim, uma nova centralidade no espaço metropolitano, não mais somente relacionado a questão produtiva”. A questão da

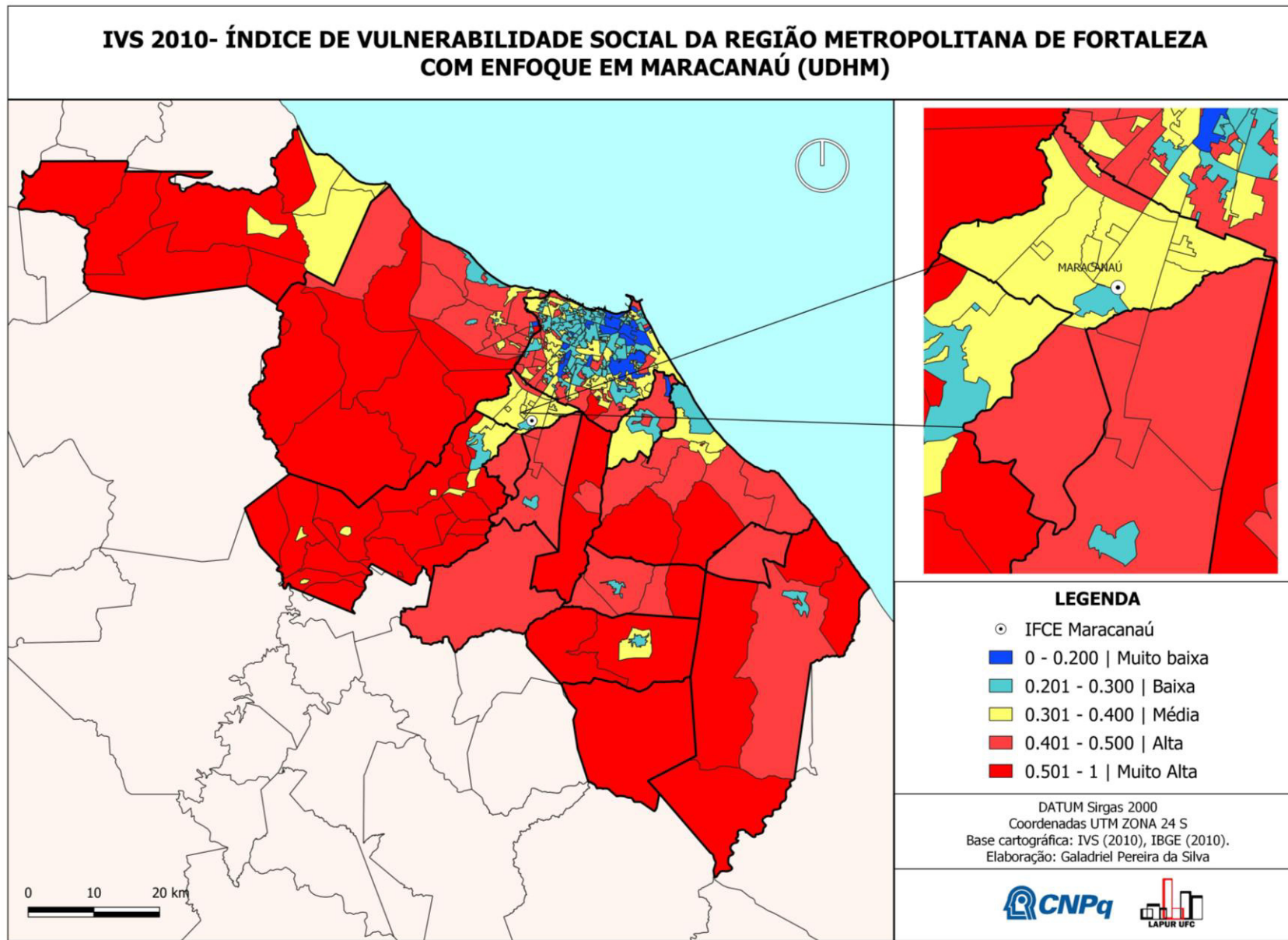
industrialização e dos espaços industriais em Maracanaú já possui uma vasta riqueza bibliográfica sendo discutida por diversos autores. Ao remontar a este passado de construção da economia do município, precisamos entender que na atualidade o setor terciário tem se desenvolvido cada vez mais em Maracanaú, com serviços e comércios protagonizando a economia urbana, e tomando mais espaços de destaque frente a consagrada atividade industrial.

Em contrapartida, acerca da discussão a respeito da vulnerabilidade social traz dados consolidados, principalmente com os do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)¹⁰, mas ainda de acordo com o ano de 2010 devido a desatualização desde o último censo do IBGE.

De acordo com a definição do próprio site, a metodologia do índice de vulnerabilidade social (IVS) é o resultado da média aritmética dos subíndices: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho, cada um deles entra no cálculo do IVS final com o mesmo peso. Para o cálculo dos subíndices, foram utilizados dezesseis indicadores calculados a partir das variáveis dos censos demográficos do IBGE, para os anos de 2000 e 2010 – tabulados para o ADH no Brasil com seus respectivos pesos. O índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, mais alta a vulnerabilidade social. Como na Figura 8, vemos que grandes porções da Região Metropolitana de Fortaleza se encontram em vermelho, com alta e muito alta vulnerabilidade social. De fato, em poucas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHM), comparados em escala regional, que vemos baixo e muito baixo índice de vulnerabilidade, isto é, com concentração de maiores índices de muito baixa vulnerabilidade social nos bairros mais nobres da capital. Assim sendo, o IVS de Maracanaú era de 0,344, lido como médio e na mesma situação de Fortaleza, com valor de 0,330.

¹⁰ Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>

Figura 8 - IVS Maracanaú (2010)



Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados IPEA (2010).

Nos anos da década de 2010 com grande avanço econômico e consolidação de multissetores industriais, a situação de vulnerabilidade permanece, especialmente se olharmos para a parte rural (ao sul) de Maracanaú, onde o índice de vulnerabilidade social é alto. Na parte norte, na zona urbana, a grande parte do território se encontra em média vulnerabilidade, enquanto mais ao centro uma mancha azul mais clara indicando baixa vulnerabilidade com destaque para os bairros Jereissati I, II e III. Já no extremo norte, na conurbação com bairros de Fortaleza ao oeste, a vulnerabilidade também é alta.

4. O IFCE- MARACANAÚ COMO ESTRUTURA DE OPORTUNIDADE

No contexto urbano-industrial já analisado, as políticas de desenvolvimento e ações de investimentos dos governos em níveis nacionais, regionais, estaduais aconteceram com foco bastante no setor produtivo. Já o desenvolvimento social apresentou mazelas e dificuldades da população em superar sua vulnerabilidade. Portanto, o investir só no econômico não basta, precisa-se investir na qualidade de vida das pessoas que não se resume somente a emprego, mas envolve igualdade e equidade de capacitação e oportunidades, sobretudo no que concerne aos direitos sociais básicos, especialmente a educação.

4.1 As políticas educacionais no Brasil e no Ceará

A educação é um direito garantido pela Constituição Federal do Brasil fundamental para toda a sociedade. É no artigo 205 da Constituição compromete-se com a educação nacional categoricamente. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Brasil, 1988). Apesar dos diversos reveses sócio-históricos, a educação nacional passa por reformulações, avanços e retrocessos.

À vista disso, é que há a inevitabilidade da existência de debates sobre o acesso à educação para além da legislação, sobretudo que haja uma maior atenção para questões de ampliação de escolas, Institutos Federais, Universidades, do mesmo modo que discuta sobre acesso, permanência e recursos de assistência.

Políticas públicas são como medidas tomadas pelo poder público, tanto em nível Executivo, Legislativo e Judiciário, que buscam reiterar direitos estabelecidos por leis para assegurar à população sua condição de bem-estar social diante dos mais variados contextos, como incentivos ao desenvolvimento industrial, combate ao desemprego e a fome, bem como a dificuldade de acesso a serviços e equipamentos de saúde e educação. A Política Pública expressa também a necessidade ocasionada por variáveis e urgências de um desconforto social. Com a desigualdade socioeconômica e a segregação espacial presente em grandes partes do país, o Estado brasileiro promove políticas públicas para e em prol da assistência e do desenvolvimento social. Isso pode ocorrer em escala nacional, estadual e local, separadamente ou com mútuo suporte entre as esferas do poder.

Nesse sentido, para Souza (2006, p. 26) políticas públicas são “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. Ainda segundo a autora “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.” (Id., p. 26)

Para Lassance (2021), há uma diferença entre o que é política pública e o que um programa. Nesse caso, pode-se entender como funcionam os passos, desde o planejamento até a execução e seus impactos, de uma política pública efetiva.

A política é o ambiente macro da solução, em que se deveria ter uma visão mais ampla mirando a efetividade (os impactos). Por isso as políticas são soluções cuja maturação demanda continuidade no longo prazo, visto que nascem associadas a um macroproblema considerado como central. Os programas são o ambiente micro, ou seja, são o espaço de detalhamento no qual se consegue, com maior refinamento, focalizar o público-alvo, estimar recursos, escolher indicadores e definir metas. (Lassance, 2021, p. 64)

Dessa forma, uma política pública é capaz de conduzir um programa social voltado para melhor atender urgências específicas para uma determinada população alvo. Uma política pública pode ser pensada e aplicada para indivíduos ou populações em vulnerabilidade social de acordo com suas demandas necessárias. No caso educacional, várias políticas públicas foram desenvolvidas no Brasil no decorrer dos anos, sendo e deixando de ser marcas dos históricos projetos políticos de governos.

Uma das políticas públicas federais fundamentais são as cotas, que permitem acesso de várias pessoas em condição social desfavorável à Universidade e outras instituições de ensino superior ou técnico como o Instituto Federal. Com a Lei de Cotas 12.711 estabelecida

no ano de 2012, as instituições de ensino superior federais adotaram o sistema no qual algumas de suas vagas seriam resguardadas para alunos provindos de escolas públicas, de baixa renda e negros, pardos e indígenas, e PCDs (pessoas com deficiência). A fim de estabelecer equidade sobre as desigualdades históricas que afetam tais indivíduos e grupos, as cotas surgiram como uma forma do Governo estabelecer legalmente o direito de acesso à educação democraticamente.

Assim sendo, a chance de adentrar ao ensino superior pode muitas vezes ser algo distante e irreal para muitos estudantes, no entanto, algumas ferramentas são úteis para, de alguma forma, melhorar a questão do acesso. Uma delas é o Sistema de Seleção Unificada (SISU) que é gerido pelo Ministério da Educação e reúne vagas ofertadas por instituições públicas de ensino superior em todo território nacional. Outra possibilidade é o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que oferta bolsas de estudos integrais e parciais (em 50% do valor da mensalidade do curso) em cursos de ensino superior em instituições privadas. Além disso, existe o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que é um programa do MEC que objetiva conceder financiamento de cursos para jovens estudantes em cursos de ensino superior que não são gratuitos.

No Ceará, alguns projetos e programas atuam fortemente no viés educacional. As escolas regulares em tempo integral na rede estadual de ensino visam pôr em prática o Plano Nacional de Educação e oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas, no mínimo. O plano de governo chamado “Os sete Ceará’s” tem como um de seus objetivos garantir o acesso a uma educação básica e fundamental de qualidade e inclusiva no qual as escolas em tempo integral são institucionalizadas e a gestão educacional, modernizada.

Há também a prova SPAECE- Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará, uma avaliação em larga escala que tem como objetivo avaliar as habilidades e competências dos estudantes do Ensino Fundamental e do Médio em Língua Portuguesa e Matemática.

As escolas estaduais de educação profissional (EEEPs) são também uma grande referência no que se refere a oportunidades de formação aos jovens estudantes. Tais escolas proporcionam uma perspectiva de futuro visando mais oportunidades aos estudantes tanto profissionalmente como no exercício mais amplo da cidadania. (A educação como direito e o ensino técnico-profissional escolas profissionalizantes no Ceará e em fortaleza)

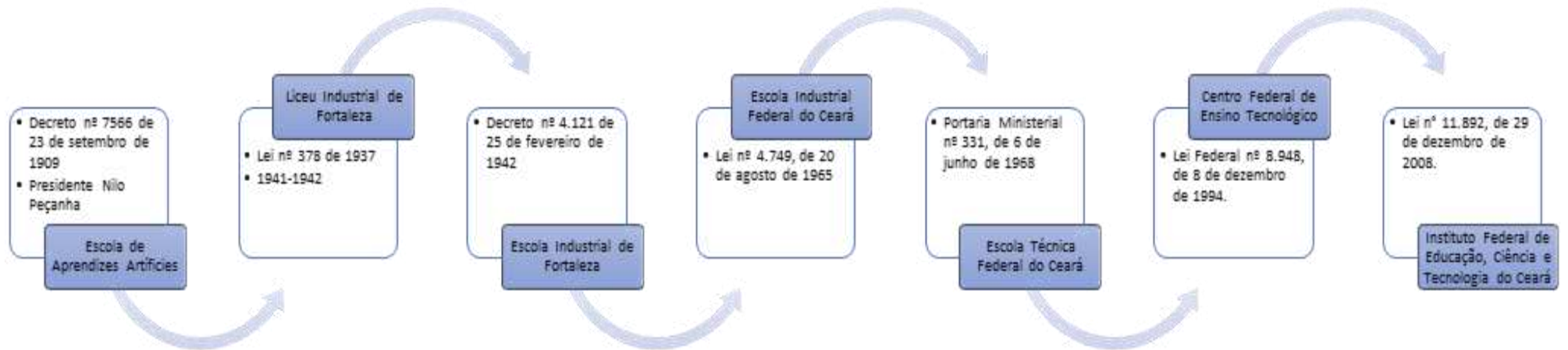
Outro aspecto interessante, é a promoção do “ENEM Chego junto, chego bem” que são ações realizadas a fim de mobilizar os estudantes e prepará-los para realizar o Exame Nacional com mais segurança e uma perspectiva de adentrar ao Ensino Superior.

Para além das universidades públicas, em nível de gestão federal também existem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que oferecem uma gama de cursos de educação superior e tecnológica. Eles estão presentes em vários estados do país, inclusive no Ceará (IFCE), e marcam uma política educacional centenária que reflete na educação dos seus estudantes, bem como no espaço em que estão instalados seus prédios, afetando a vida daqueles que buscam uma melhora de vida através de uma formação educacional e afetando todo o seu entorno.

4.2 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia através do tempo

O Instituto Federal do Ceará surge como uma das grandes políticas públicas educacionais brasileiras como expressão do investimento do Estado na educação profissionalizante em todo o país. Surge através da Lei nº 11.892 de dezembro de 2008, sancionada na época pelo até então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Diante disso, cabe recapitular um pouco da história desta instituição que já passou por diversas denominações (Figura 9) e localizações em Fortaleza.

Figura 9 – Periodização e denominações do IFCE através do tempo



Fonte: Sidou (1979); Instituto Federal do Ceará (2021). Elaborado pelo autor.

Reunindo a história, foi no ano de 1909, sob o governo do presidente Nilo Peçanha, que são instituídas as Escolas de Aprendizes Artífices em várias capitais do Brasil mediante o Decreto nº 7566 de 23 de setembro daquele mesmo ano. Nas palavras do Decreto, que fazia cumprir a Lei 1.606 de 29 de dezembro de 1906, as Escolas são construídas diante da justificativa de

“[...] que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime [...]” (Brasil, 1909).¹¹

De acordo com Sidou¹² (1979), em 24 de maio de 1910 a escola foi instalada no prédio antes ocupado pela Escola de Aprendizes de Marinheiro, na avenida Alberto Nepumuceno. Em 1914, a instituição foi transferida para edifício onde encontrava-se a Milícia estadual, na praça José de Alencar, como é atualmente conhecida. Com o crescimento da instituição e “[...] ensejando a criação de novos cursos e ampliação das oficinas existentes” (Sidou, 1979), várias vezes demonstrando seu potencial de expansão escalar. Ocupou também o espaço do prédio onde existia o Liceu do Ceará, na Praça dos Voluntários, e foi quando a Lei nº 378 de 1937, renomeou a escola de “Liceu Industrial de Fortaleza”. Depois de uma outra transferência em 1940 para a Rede de Viação Cearense na rua 24 de maio, nº 230, a instituição foi renomeada para “Liceu Industrial do Ceará” pelo então Ministro da Educação e Saúde e, um ano depois, novamente renomeada para “Escola Industrial de Fortaleza”, de acordo com o Decreto nº 4.121 de 25 de fevereiro de 1942.

Foi no contexto da Segunda Guerra Mundial, no final da década de 1930, que o Brasil se viu necessitado de investir mais pesadamente nas suas indústrias para remediar as demandas do seu próprio mercado. Isso exigiu que as escolas federais fossem modernizadas, no que foi “incentivando a criação de estabelecimentos fabris e a ampliação dos até então existentes, volveu-se o governo para uma política mais agressiva quanto à formação de mão-de-obra qualificada, que maior assistisse, tecnicamente, ao ainda incipiente parque industrial” (Idem). Assim, prédios passaram a ser construídos para a fixação dessas escolas. Foi quando, na década de 1940, o interventor federal do estado, Dr. Francisco Menezes Pimentel, doou ao Governo Federal um terreno no bairro do Prado para a construção e funcionamento do prédio destinado

¹¹ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf Acesso em 9 de ago 2022.

¹² Paulo Maria Othon Sidou foi pesquisador e professor da instituição ETFCE (Santos, 2017).

ao Liceu Industrial. Contudo, passou a funcionar somente em 1952 no seu prédio destinado e construído na Avenida Treze de maio, nº 2081, no atualmente conhecido bairro Benfica.

Dentre tantos nomes, a Lei nº 4.749, de 20 de agosto de 1965, alterou o nome para “Escola Industrial Federal do Ceará”. Nos anos seguintes, a Portaria Ministerial nº 331, de 6 de junho de 1968, renomeia a instituição para “Escola Técnica Federal do Ceará”. Foi só a partir da Lei Federal nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 que recebeu o nome de “Centro Federal de Ensino Tecnológico”, (CEFET/CE), sendo implantado em 1999. Além disso, existe outro aspecto sobre a interiorização do IFCE, como bem ressalta o Anuário Estatístico¹³ da Instituição publicado em 2012. Sobre isso o documento declara que, ainda no período entre a Lei Federal nº 8.948 de 1994 e a implantação do CEFET-CE, a instituição promoveu uma ampliação de funcionamento de suas atividades para duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs) nas cidades de Cedro e Juazeiro do Norte. Em 1998 houve o protocolo do Projeto Institucional junto ao Ministério da Educação e, em 26 de maio de 1999, foi aprovado o seu Regimento Interno através da Portaria nº 845 pelo então Ministro da Educação. Uma informação importante é que, de acordo com Santos (2017), foi criado em 1998 o Centro de Pesquisa e Qualificação Tecnológica com a finalidade de “coordenar cursos de extensão pagos e gratuitos, oferecidos à comunidade em geral”. Dentre outros projetos a CEFET/CE contava com o Escola 24 Horas, projeto que ofertava cursos pelo período da madrugada como um quarto turno para profissionalização e capacitação de mais pessoas. Tal projeto contava com parcerias com grandes entidades como a Fundação Demócrito Rocha, a Central Única dos Trabalhadores do Ceará (CUT/CE), a Associação dos Jovens Empresários do Ceará (AJE/CE) e a Cooperativa dos Eletricitários do Ceará (COOPELETRIC) (SANTOS, 2017).

Já em 2004, através do Decreto nº 5.225 de 14 de setembro, o Ministério da Educação, considerando a importância dos Centros Federais de Educação Tecnológica para a qualificação de formação de profissionais capacitados para o mercado de trabalho e o avanço do ensino tecnológico, abrangeu suas funcionalidades para ministrar cursos de nível superior de graduação e de pós-graduação tanto lato sensu como stricto sensu.

Assim, com o reconhecimento do papel destas instituições de educação tecnológica, a sua ampliação ganhou mais força a partir da Chamada Pública 002/2007, o Ministério da Educação constatou sua significância para o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Com isso, foi através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que o Governo Federal estabeleceu 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com 312 campi em todo

¹³ Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/anuario-estatistico/anuario-estatistico-2012-ano-base-2011> Acesso em 12 de ago 2022.

o território nacional. Foi quando a instituição CEFET-CE se tornou “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará” (IFCE) como a conhecemos atualmente.

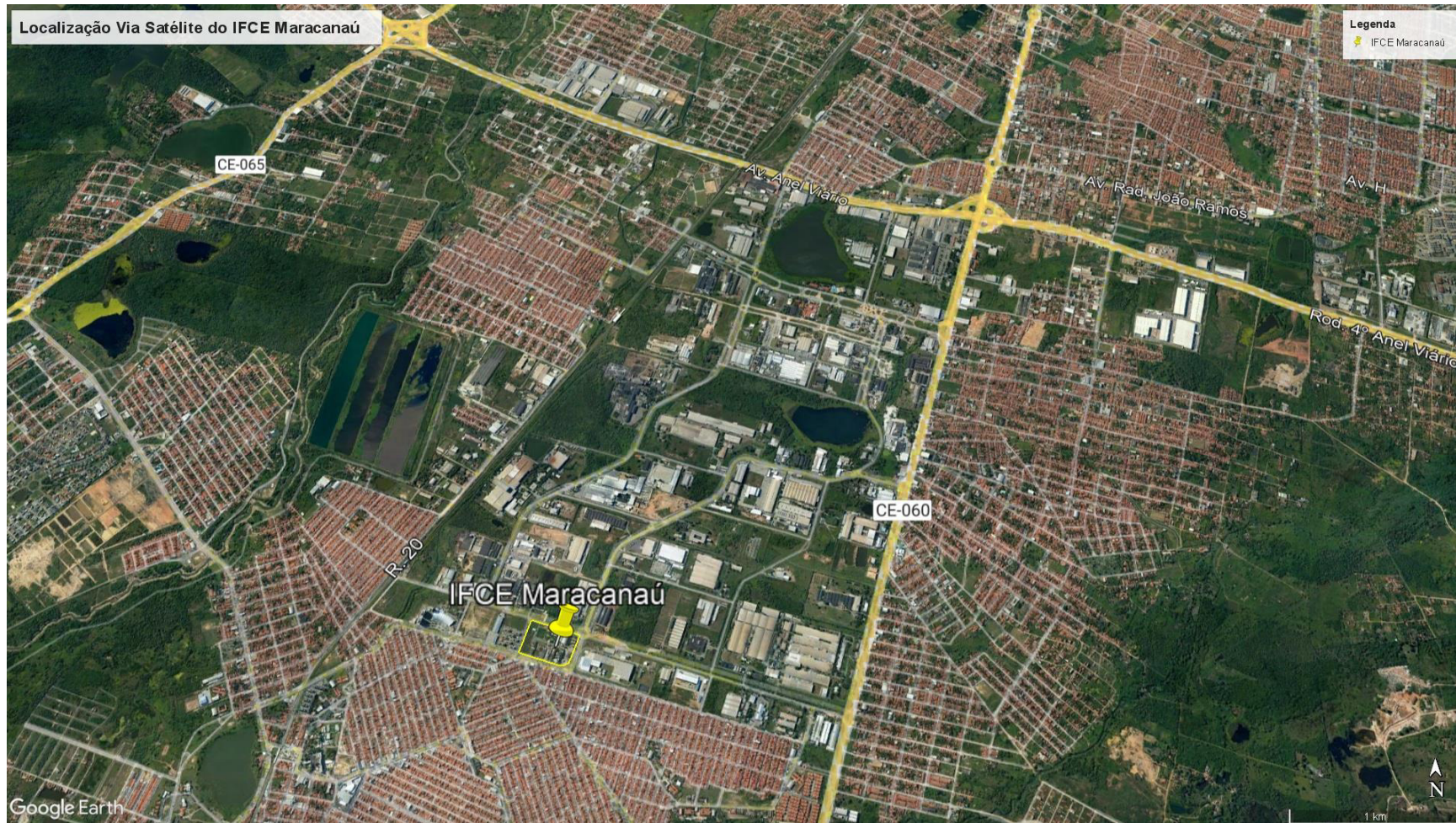
E, logo, os investimentos para a instalação de *campi* do Instituto Federal cearense pelos municípios do seu território ocorreram rapidamente. Quando em 2008 existiam três unidades de ensino tecnológico e duas de ensino agrícola, em 2011 já contabilizavam-se 22 *campi* sendo estes Acaraú, Aracati, Baturité, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Iguatu, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Morada Nova, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá e Ubajara. Já quase uma década depois, em 2020, a Instituição já contava com trinta e três *campi*, realizando atividades em 718 cursos, dentre estes 316 cursos de formação inicial e continuada, 226 cursos técnicos, 40 cursos de tecnologia, 26 bacharelados, 52 licenciaturas, 47 especializações, e 11 mestrados, com o total de 60.390 matrículas atendidas (Instituto Federal do Ceará, 2021)¹⁴.

Sendo assim, os Institutos Federais não são caracterizados apenas por sua implantação em áreas de destaque, como as grandes metrópoles e capitais, mas pelas diferentes oportunidades que ofertam para a população em um raio de influência que se expandiu por inúmeros outros municípios em relação à estas grandes cidades. Quando se fala em nível federal de ensino, os Institutos Federais são grandes modelos de investimentos em educação que formam profissionais e, para além disso, impulsionam motores de crescimento, em escala regional e, precisamente, em uma de influências de cidades de uma região.

Tal como, em Maracanaú, o campus do Instituto Federal do Ceará está localizado na Avenida Parque Central, 1315, no bairro Distrito Industrial I (figura 10). Sua implantação está diretamente relacionada à história do município, sua urbanização e, bem como, ao desenvolvimento do setor secundário da economia nas suas localidades. Em termos de escala regional, foram significativas as repercussões estruturais na organização da Região Metropolitana de Fortaleza. Nas circunstâncias de reestruturação da produção das indústrias houve mudanças no arranjo de suas localizações dentro da RMF, gerando impactos socioeconômicos. De fato, este forte impacto das indústrias é, acima de tudo, fator de mudanças significativas nos setores de emprego e educação que moldaram sua história e seu espaço urbano.

¹⁴ Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/anuario-estatistico/ANURIOESTATSTICO20212020.pdf> Acesso em 12 de ago 2022.

Figura 10 - Localização IFCE Maracanaú – Via Satélite



Fonte: Google Earth.

No dia 09 de novembro de 2022 foi realizada uma visita de campo para conhecer o campus de Maracanaú do IFCE (Apêndice A). No dia da visita o IFCE estava realizando a Semana de Integração Científica (SIC), com várias palestras, workshops, games, apresentação de trabalhos científicos e apresentações culturais. Nesses momentos, todos os cursos contribuíram com sua participação no evento, o que foi bastante oportuno para minha visita na qual conheci mais de perto as áreas que os professores atuam, os estudantes, os cursos e os laboratórios que realizam pesquisa. Com a recepção do professor Luís José Sousa, chefe do Departamento de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (DEPPI), conheci os compartimentos do campus (Figura 11).

Figura 11 - Fotos da visita de campo



Fonte: Arquivo Pessoal (2024).

4.3 O currículo da ensino profissionalizante: apenas para formação de mão de obra?

Falar sobre a relação de espaços de educação e a industrialização não é algo novo. Pelo contrário, a discussão desses assuntos sempre caminhou juntos na história da educação e de especialistas em currículo.

Provavelmente o currículo aparece pela primeira vez como um objeto específico de estudo e pesquisa nos Estados Unidos dos anos vinte. Em conexão com o processo de industrialização e os movimentos imigratórios, que intensificavam a massificação da escolarização, houve um impulso, por parte de pessoas ligadas sobretudo à administração da educação, para racionalizar o processo de construção, desenvolvimento e testagem de currículos. (Silva, 1999, p. 7.)

Em sua obra “Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo”, Silva (1999) afirma que no centro das teorias de currículo não se faz presente somente o conhecimento, mas existe a condição de identidade e subjetividade do indivíduo. Em outras palavras, o currículo envolve o processo da formação daquilo que somos e nos tornamos (Silva, 1999).

No que diz respeito à formação técnica é evidente a relação com o setor industrial. Dessa forma, o perfil das indústrias de no Distrito Industrial de Maracanaú revela uma heterogeneidade de segmentos que atuam paralelamente. Consoante Muniz (2015), a mão de obra é qualificada principalmente por serviços da Prefeitura, do Instituto Federal do Ceará (IFCE) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para o aperfeiçoamento daqueles que serão responsáveis por desempenhar as atividades metalmeccânico.

Diante disso, os cursos ofertados pelo IFCE Maracanaú, vão seguir esse caminho de acordo com o setor econômico que mais desenvolveu economicamente o município. O setor industrial é bastante diversificado e é composto desde fábricas de bebidas até fabricação de produtos de metal e máquinas. Com destaque para a produção têxtil que têm se feito presente desde o início da instalação do DI e faz relação direta com a produção confeccionista e o desenvolvimento do comércio.

Dentro de sua característica multissetorial, baseado na CNAE, vemos que é composta por dezesseis setores industriais, como apresenta o quadro abaixo:

Quadro 2 - Divisão Multissetorial do Distrito Industrial de Maracanaú

Composição Setorial do Distrito Industrial de Maracanaú	
Setor	Classificação
Fabricação de produtos alimentícios	Divisão CNAE 10
Fabricação de bebidas	Divisão CNAE 11
Fabricação de produtos têxteis	Divisão CNAE 13
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	Divisão CNAE 14
Preparação e fabricação de artefatos de couro	Divisão CNAE 15
Fabricação de celulose e papel	Divisão CNAE 17
Impressão e reprodução de gravações	Divisão CNAE 18
Fabricação de produtos químicos	Divisão CNAE 20
Fabricação de produtos farmacêuticos e farmoquímicos	Divisão CNAE 21
Fabricação de produtos de borracha e de material plásticos	Divisão CNAE 22
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	Divisão CNAE 23
Metalurgia	Divisão CNAE 24
Fabricação de produtos de metal	Divisão CNAE 25
Fabricação de máquinas e equipamentos	Divisão CNAE 28
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	Divisão CNAE 29
Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais	Divisão CNAE 38

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações obtidas no documento de Estratégias para o desenvolvimento dos Clusters do Ceará: Distrito Industrial de Maracanaú (2021)¹⁵.

Essa intrínseca relação metropolitana com forte viés industrial entropõe-se na oferta de cursos do IFCE Maracanaú intervindo na escolha dos cursos presentes na unidade a fim de formar profissionais, sobretudo, para áreas específicas dos segmentos industriais, como se pode observar no quadro abaixo:

¹⁵ Federação das Indústrias do estado do Ceará. Estratégias para o desenvolvimento dos Clusters do Ceará: Distrito Industrial de Maracanaú – Fortaleza: FIEC, 2021. Disponível em: <https://arquivos.sfiec.org.br/nucleoeconomia/files/files/Outras%20publicacoes/distrito-industrial-nova-identidade-vfinal.pdf>

Quadro 3 - Cursos ofertados no IFCE- Maracanaú

Cursos ofertados pelo IFCE- Campus Maracanaú		
Curso	Tipo	Modalidade
Química	Técnico	Integrado
Mecânica	Técnico	Integrado
Automação Industrial	Técnico	Concomitante ¹⁶
Informática	Técnico	Concomitante
Meio ambiente (presencial)	Técnico	Concomitante
Redes de computadores	Técnico	Concomitante
Matemática	Superior	Licenciatura
Química	Superior	Licenciatura
Engenharia Ambiental e Sanitária	Superior	Bacharelado
Ciência da computação	Superior	Bacharelado
Engenharia Mecânica	Superior	Bacharelado
Engenharia de Controle e Automação	Superior	Bacharelado
Energias Renováveis	Superior	Pós-Graduação - Mestrado

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações do site do Instituto Federal do Ceará. Disponível em: <https://ifce.edu.br/maracanau/menu/cursos>

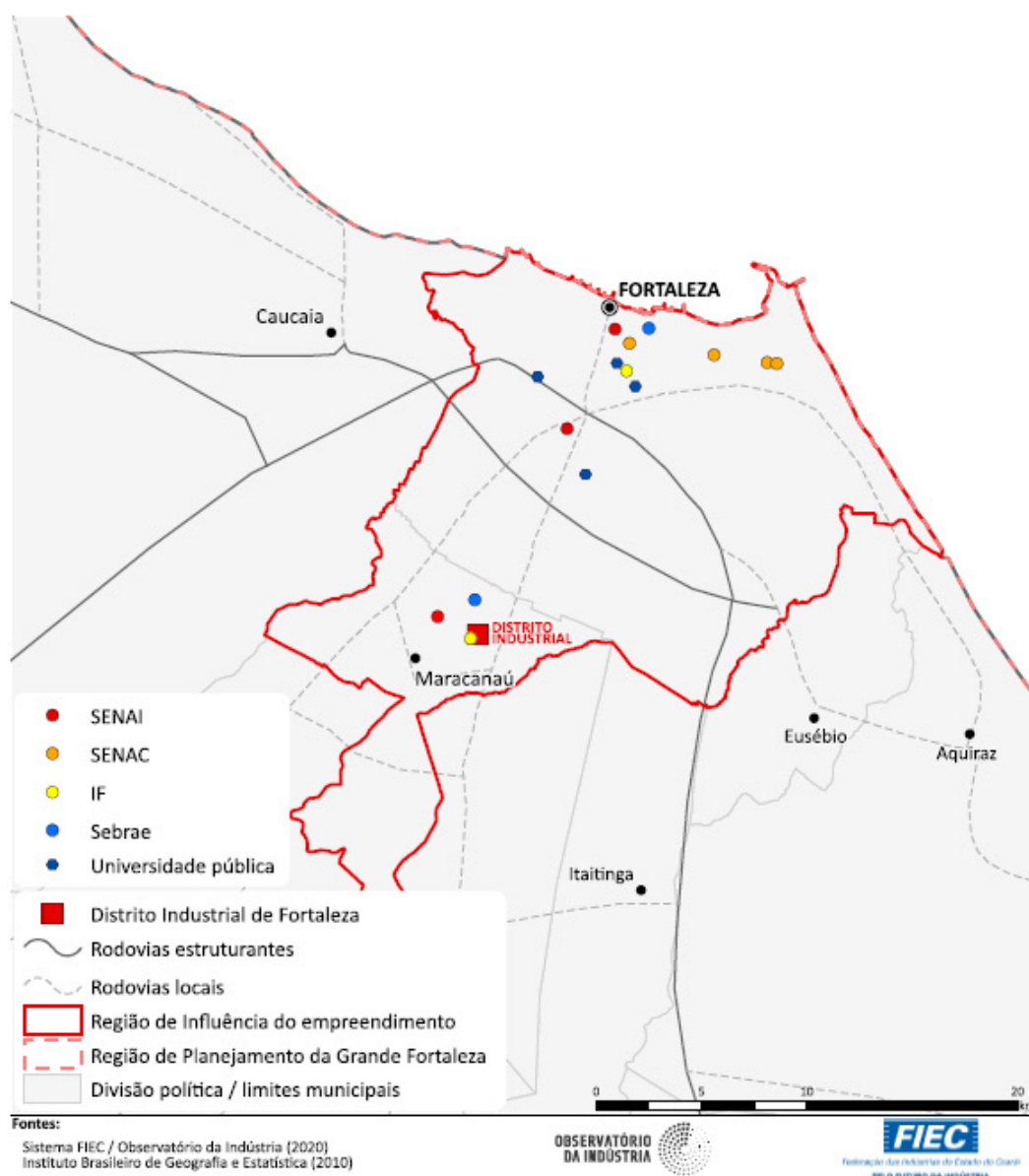
Ademais, seria interessante ter o acesso a matriz curricular de alguns desses cursos com o objetivo de aprofundar a discussão acerca do currículo e seus desdobramentos. Devido a impossibilidade ao acesso, dessa forma é importante ressaltar que, em termos gerais, fica evidente de que a indústria afeta a demanda de oferta de cursos.

Acerca da formação de capital humano do relatório do Sistema FIEC (2021), aponta que na base está a relação da demanda e da oferta, ou seja, o perfil profissional exigido e o número de empregados pelas indústrias em comparação à capacidade de atender a formação da mão de obra. Nesse sentido, resgatamos a união do estado e do mercado impactando a sociedade, a união de quem traz a capacitação e de quem emprega. A formação dessa mão de obra é para moldar um indivíduo, transformar o jovem em trabalhado. E as bases curriculares

¹⁶ Modalidade de curso para estudantes que concluíram o Ensino Fundamental, sendo ofertados a quem está cursando o ensino médio tradicional e que no contraturno irá cursar o ensino técnico no Instituto Federal. Este estudante só receberá o diploma de técnico mediante a apresentação do certificado de conclusão do ensino médio.

dos cursos de nível técnico e de nível superior mantêm essa lógica. Assim a educação no ensino profissionalizante se estrutura nas diretrizes do capital. Em Maracanaú, existe não só o IFCE como um centro de capacitação, mas unidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), distribuídos pelo município como mostra a figura 12 a seguir:

Figura 12 - Centros de capacitação localizados na Região de Influência (Maracanaú e Fortaleza)

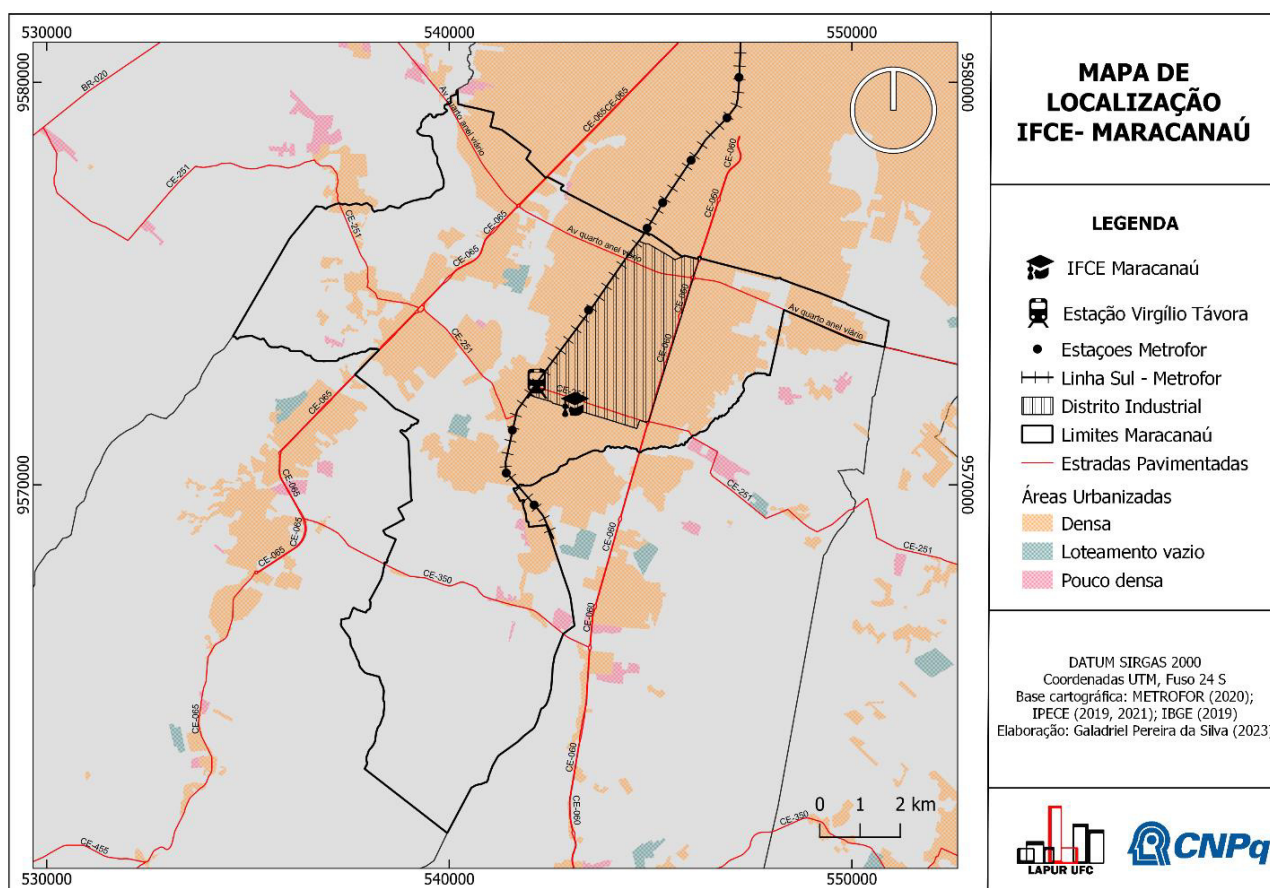


Fonte: Sistema FIEC - Federação das Indústrias do Estado do Ceará (2021)

É assim, portanto, que o Instituto Federal constrói pontes entre a educação e o mercado de trabalho através da sua estrutura fixa e dos fluxos que se expressam por meio do mercado, da produção da indústria e nos investimentos de capital internacional em consonância com as políticas educacionais governamentais. A localização dessa estrutura se torna, então, uma chance para jovens recém-formados conseguirem ser empregados e terem a oportunidade possibilitadora de uma perspectiva de futuro melhor.

No mais, a relação com a região metropolitana no aspecto de mobilidade urbana (Figura 13), podemos citar a relação de conurbação evidente entre Maracanaú e Fortaleza que está presente também no acesso de estudantes ao campus. Dentre os equipamentos de transporte como ônibus, carros pessoais e demais veículos, há o Metrô de Fortaleza (Metrofor) que se destaca.

Figura 13 – Localização do IFCE Maracanaú integrada aos modais de transportes



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Além disso, o Programa Jardineira implementado pela direção-geral do IFCE-Maracanaú com o objetivo de “facilitar a mobilidade dos estudantes e servidores, usuários do

Metrofor que desembarcam na estação Virgílio Távora, que fica a uma distância de aproximadamente 2 km do campus de Maracanaú do IFCE” e funciona nos turnos de manhã e tarde, segundo o site¹⁷.

4.4 O impacto o IFCE para o grupo de estudantes socialmente mais vulneráveis no período da pandemia de Covid-19 de 2019 a 2022

Na apuração de dados de auxílios, aqui como ativos (Kaztman; Filgueira, 1999) pudemos considerar como eles foram disponibilizados para os estudantes do Instituto Federal estiveram presentes na travessia durante o mais tenso do período pandêmico. Deste modo, foi realizado um levantamento sobre esses dados de assistência estudantil, ativos da estrutura de oportunidades, de maneira mais integral, como observamos na Tabela 7 abaixo:

¹⁷ Disponível em: <https://ifce.edu.br/maracanau/perguntas-frequentes/o-que-e-o-programa-jardineira/o-que-e-o-programa-jardineira>

Tabela 7 - Dados de assistência estudantil de 2019-2022

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - IFCE CAMPUS MARACANAÚ								
AUXÍLIO	Valor pago 2019	Matrículas atendidas	Valor pago 2020	Matrículas atendidas	Valor pago 2021	Matrículas atendidas	Valor pago 2022	Matrículas atendidas
Acadêmico	R\$ 4.720,00	8	-	-	R\$ 3.500,00	1	R\$ 3.729,84	4
Discentes Pais e Mães	R\$ 35.076,96	20	R\$ 19.149,12	8	R\$ 5.053,24	4	R\$ 29.500,00	17
Emergencial	-	-	R\$ 377.700,00	261	R\$ 691.800,00	370	R\$ 3.092,65	7
Formação	R\$ 187.506,50	72	R\$ 199.076,05	51	R\$ 68.391,50	28	R\$ 84.577,40	54
Moradia	R\$ 55.826,00	21	R\$ 53.528,86	18	R\$ 30.936,26	10	R\$ 43.300,00	19
Óculos	R\$ 20.861,46	39	-	-	R\$ 0,00	0	R\$ 31.520,50	63
Pré-Embarque Internacional	-	-	-	-	-	-	R\$ 1.560,34	2
Transporte	R\$ 371.743,95	499	R\$ 78.660,00	331	R\$ 0,00	9	R\$ 118.360,00	167
Visitas	R\$ 7.073,70	50	-	-	-	-	R\$ 540,00	18

Fonte: IFCE em Números. Adaptado pelo autor.

Os serviços oferecidos e utilizados, o site IFCE em Números¹⁸ nos informa sobre a quantidade de auxílios utilizados pelos estudantes e mais detalhes como valores gastos e por tipo de auxílio.

No ano de 2019, foram pagos o total de 966 auxílios no valor total de R \$682.808,57, com 553 matrículas atendidas. A porcentagem se divide em 54.4% para transportes, 27.5% para auxílio formação, 8.2% para auxílio moradia, 3.1% para auxílio óculos, 5.1% para o auxílio discentes pais e mães, 1.0% para auxílio visitas e viagens técnicas sem pernoite, 0.6% para auxílio acadêmico (apoio ao desporto e a cultura para eventos nacionais), e, por fim, 0.1% acadêmico (apoio ao desporto e a cultura para interiores dos estados), como na Tabela 8.

Na Tabela 9, vemos que em 2020, foram pagos 778 auxílios, atendendo 510 matrículas e contabilizando ao todo R\$728,114.03. Em plena pandemia, o auxílio emergencial ocupou 51,09% do valor total atendendo 261 matrículas, o qual contabilizou no total R\$377.700,00. Já outros auxílios como o Formação, Transporte e Moradia representaram 27.3%, 10.8% e 7.4% do valor total, respectivamente.

Já no ano de 2021, foram pagos 536 auxílios atendendo 394 matrículas no valor total de R\$799,681.00. Observamos na Tabela 10, o grande destaque também para o auxílio emergencial que o total do valor pago representou 86.5% do valor total, R\$691,800.00. O auxílio formação com 8.6% teve o total pago no valor de R\$68.391,50. Enquanto os auxílios Moradia, Discentes, pais e mães, e Acadêmico (apoio ao desporto e a cultura para eventos nacionais) representaram, respectivamente, 3.9%, 0.6% e 0,4%, como aponta a Tabela 10.

Em 2022 (Tabela 11), até o presente momento, foram pagos 205 auxílios, 200 matrículas foram atendidas, com valor total pago de R\$151,340.68. Com o retorno às aulas presenciais, o auxílio emergencial agora representando apenas 2,0% do valor total, sendo R\$3.092,65. Já o auxílio transporte marca expressivamente 40.1% do valor total com R\$60.720,00 e 98 matrículas atendidas. O auxílio moradia com 14,6% do total, contabiliza R\$22.110,00 e atende 12 matrículas. Já os demais auxílios representam 14.0% (Formação), 15.5% (Óculos), 9.9% (Discentes pais e mães), 2.5% (Acadêmico- apoio ao desporto e a cultura para eventos nacionais), 1% (pré-embarque internacional) e 0.4% (auxílio visitas e viagens técnicas sem pernoite).

¹⁸ Disponível em: <https://ifceemnumeros.ifce.edu.br/>

Tabela 8 - Dados de assistência estudantil de 2019

Auxílio (grupo)	Auxílio	% Total Valor pago - Auxílio	Matrículas atendidas	Valor pago
Acadêmico	acadêmico, apoio ao desporto e a cultura -para interiores dos Estados	0,1%	2	R\$ 800,00
Acadêmico	acadêmico, apoio ao desporto e a cultura para eventos nacionais	0,6%	6	R\$ 3.920,00
Discentes Pais e Mães	Discentes Pais e Mães	5,1%	20	R\$ 35.076,96
Formação	Formação	27,5%	72	R\$ 187.506,50
Moradia	Moradia	8,2%	21	R\$ 55.826,00
Óculos	Óculos	3,1%	39	R\$ 20.861,46
Transporte	Transporte	54,4%	499	R\$ 371.743,95
Visitas	Visitas e Viagens Técnicas sem pernoite	1,0%	50	R\$ 7.073,70

Fonte: IFCE em Números. Adaptado pelo autor.

Tabela 9 - Dados de assistência estudantil de 2020

Auxílio (grupo)	Auxílio	% Total Valor pago - Auxílio	Matrículas atendidas	Valor pago
Discentes Pais e Mães	Discentes Pais e Mães	2,6%	8	R\$ 19.149,12
Emergencial	Emergencial	51,9%	261	R\$ 377.700,00
Formação	Formação	27,3%	51	R\$ 199.076,05
Moradia	Moradia	7,4%	18	R\$ 53.528,86
Transporte	Transporte	10,8%	331	R\$ 78.660,00

Fonte: IFCE em Números. Adaptado pelo autor.

Tabela 10 - Dados de assistência estudantil de 2021

Auxílio (grupo)	Auxílio	% Total Valor pago - Auxílio	Matrículas atendidas	Valor pago
Acadêmico	acadêmico, apoio ao desporto e a cultura para eventos nacionais	0,4%	1	R\$ 3.500,00
Discentes Pais e Mães	Discentes Pais e Mães	0,6%	4	R\$ 5.053,24
Emergencial	Emergencial	86,5%	370	R\$ 691.800,00
Formação	Formação	8,6%	28	R\$ 68.391,50
Moradia	Moradia	3,9%	10	R\$ 30.936,26
Óculos	Óculos	0,0%	0	R\$ 0,00
Transporte	Transporte	0,0%	9	R\$ 0,00

Fonte: IFCE em Números. Adaptado pelo autor.

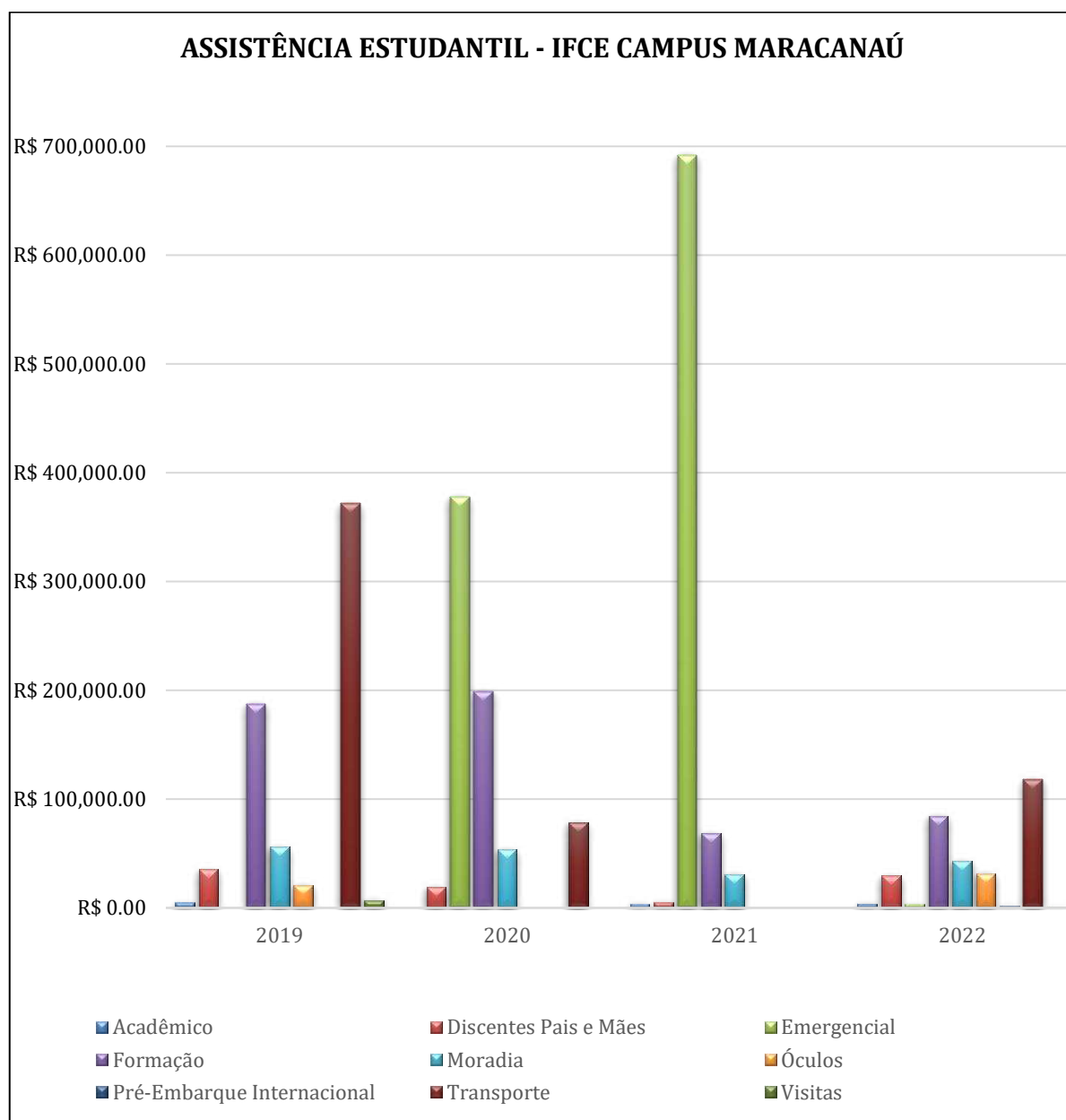
Tabela 11 - Dados de assistência estudantil de 2022

Auxílio (grupo)	Auxílio	% Total Valor pago - Auxílio	Matrículas atendidas	Valor pago
Acadêmico	acadêmico, apoio ao desporto e a cultura para eventos nacionais	1,2%	4	R\$ 3.729,84
Discentes Pais e Mães	Discentes Pais e Mães	9,3%	17	R\$ 29.500,00
Emergencial	Emergencial	1,0%	7	R\$ 3.092,65
Formação	Formação	26,7%	54	R\$ 84.577,40
Moradia	Moradia	13,7%	19	R\$ 43.300,00
Óculos	Óculos	10,0%	63	R\$ 31.520,50
Pré-Embarque Internacional	Pré-Embarque Internacional	0,5%	2	R\$ 1.560,34
Transporte	Transporte	37,4%	167	R\$ 118.360,00
Visitas	Visitas e Viagens Técnicas sem pernoite	0,2%	18	R\$ 540,00

Fonte: IFCE em Números. Adaptado pelo autor.

Diante disso, temos no gráfico 1 que ilustra como esses auxílios foram distribuídos ao longo do intervalo dos anos 2019 e 2022 de acordo com a tabela 3, considerando os dados de valores pagos. Vemos como o auxílio emergencial se destaca principalmente nos anos de 2020 e 2021, no auge da pandemia com pico de R\$ 691.800,00 atendendo 370 matrículas no ano de 2021.

Gráfico 1 – Dados gerais sobre assistência estudantil



Fonte: IFCE em Números. Adaptado pelo autor.

Podemos concluir ao avaliar o gráfico que o auxílio de transporte era o mais utilizado pelos estudantes no período pré-pandemia de Covid-19. Com o estabelecimento das normas de

isolamento social e lockdown as aulas presenciais foram interrompidas e, com isso, nos anos seguintes, tal auxílio teve queda drástica na utilização pelos estudantes, em comparação a 2019 onde R\$ 371.743,95 foi o total do valor pago atingindo 499 matrículas. O retorno mais expressivo deste auxílio transporte foi justamente em 2022, com a flexibilização das normas de saúde, alcançando, em 2022 167 matrículas e com o valor pago total de R\$ 118.360,00. Em contrapartida, foi o auxílio emergencial que foi oferecido e garantiu que os estudantes passassem a pandemia com uma ajuda de custo financeira.

Na sequência outros auxílios se destacam como é o caso do auxílio Discentes pais e mãe, auxílio formação e moradia que foram constantes no decorrer destes quatro anos, de acordo com a tabela 2.

Estes auxílios, portanto, podem ser compreendidos como ativos para a população acadêmica que utiliza desses serviços para melhorar seu bem-estar social, estar apta para frequentar o campus e aproveitar as demais oportunidades que o IFCE oferece.

Em um cenário de aprofundamento nas dimensões de impactos desses auxílios para suprir as demandas estudantis pós pandemia, não houve nenhum indicio identificado ou avaliado nesta pesquisa que possa confirmar a garantia de melhores condições nos meses seguintes para além dos anos que observamos nas tabelas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluirmos, seguiremos duas linhas de conclusões que foram possíveis nesta pesquisa. A primeira se refere em como a indústria foi vetor de metropolização da Região Metropolitana de Fortaleza e sua espacialidade moldou as relações entre os municípios dando destaque a Maracanaú, o que estabeleceu vínculos fortes para que o município fosse um dos grandes nomes escolhidos para ter um campus do Instituto Federal. Portanto, o IFCE pode ser considerado como um efeito deste vetor de metropolização do espaço. Tal efeito, gerando mais fluxos na RMF, não só ao que se refere à produção nem somente a questões de ordem econômica, mas atinge um fluxo de pessoas voltado aos serviços, e nesse caso, à educação. Podemos enxergar essa relação do vetor (industrialização) com o IFCE quando falamos da disponibilidade de cursos e do currículo, e da mesma forma quando falamos dos modais de transportes (Metrofor, ônibus metropolitanos) que se utilizam e facilitam esse fluxo estudantil.

Nesse contexto de industrialização e avanço econômico é onde encontramos a situação de pessoas vivendo em variadas condições vulnerabilidade social. A desigualdade acompanhou

o desenvolvimento econômico em um sentido mútuo. O diagnóstico feito com os índices de desenvolvimento econômico e social (PIB, IDM, IDH, IDHM, IDS- O, IDS-R, IVS e Gini) revelou como o avanço na economia e os desfalques na condição social, em contramão, foram constituídos e constituintes de desigualdades históricas. Apesar dos dados, principalmente dos censos do IBGE como do IVS, serem de fato mais consolidados nos anos de 2010, ambos não permitiram uma análise mais atualizada ainda da dimensão dessa vulnerabilidade social, contudo é indiscutível a necessidade de enxergar nessa discussão outros caminhos para superá-la.

Seria, no entanto, um equívoco decretar que o IFCE teve como foco principal diminuir a vulnerabilidade dos jovens, além do objetivo de capacitar profissionalmente. Não podemos afirmar de fato que mitigar a vulnerabilidade foi o objetivo dessa capacitação da mão de obra, mas com certeza jovens estão tendo uma oportunidade de superar a pobreza através da educação, ainda que seus efeitos não sejam tão mensuráveis a curto prazo. No caso do IFCE Maracanaú como estrutura de oportunidades para os estudantes mais vulneráveis não foi possível realizar uma comparação da origem dos estudantes com as localidades de alta vulnerabilidade do município a fim de traçar uma correlação entre esses aspectos.

Outrossim, neste ponto que podemos discutir a segunda linha de conclusão, a de análise de impactos do IFCE na vida dos estudantes como estrutura de oportunidade. Assim sendo, houve a tentativa aplicação de um questionário com o corpo discente. Apesar do apoio e parceria com o grêmio estudantil Olímpia Aguiar, a aplicação do questionário com fins qualitativos não teve muita aderência dos estudantes, por conta da dispersão devido a situação atual de greve da instituição, e devido a viabilidade do tempo de entrega deste trabalho não foi possível esperar mais. Em outro sentido, seria possível avaliar tal condição de mitigação da vulnerabilidade dos estudantes com dados dos egressos, porém a instituição ainda não possui disponibilização desses dados. A comunicação com o Instituto não foi suficiente em determinados pontos por ambas as partes, o que de certa forma impediu avanços mais precisos. O que podemos concluir com os dados apresentados é que o IFCE – Maracanaú foi de grande apoio para os estudantes no que está relacionado a disposição de auxílios. Dentro da proposta trabalhada AVEO (ativos, vulnerabilidade social e estruturas de oportunidades), esses auxílios são de grande valia para permanência dos estudantes. Ou seja, são ativos que fazem com que os estudantes vulneráveis, enquanto estão matriculados na instituição, possam fazer proveito desta estrutura de oportunidade. É onde nos deparamos com o conceito de estrutura de oportunidades sendo viável para aqueles estão matriculados, para sua permanência, todavia sobre a confirmação desse efeito a longo prazo para os formados, a questão fica indefinido.

Nesta perspectiva, pensemos estruturas de oportunidades como uma construção que possui uma sustentação basilar instituída. sobre essa sustentação, essa estrutura se organiza de forma interligada, como com degraus, a fim de manter a forma de uma armação. as estruturas de oportunidades recebem essa denominação por disporem de uma organização capaz de proporcionar um bem-estar, estando estas vinculadas entre si. As estruturas estão relacionadas ao passo que ter o acesso a bens e serviços, por exemplo, podem favorecer o alcance a outras oportunidades. Em outras palavras, as estruturas de oportunidades propiciam uma mobilidade social que auxilia em uma maior integração social dos indivíduos. No contexto de uma sociedade capitalista atual, a inserção social se expressa também nas práticas de consumo. Ser capaz de consumir é muito mais do que ter acesso, é de fato materializar suas condições de vida que, por sua vez, requerem uma estabilidade social baseada em uma maior segurança financeira. Se dedicar à educação é um investimento pessoal que pode somente fornecer resultados financeiros depois de algum tempo, que, de fato, muitas pessoas não possuem. Há pressa para se alimentar, suprir necessidades básicas familiares e, como todo jovem, há a necessidade de consumir bens pessoais. Essa balança complica ainda mais quando existe a urgência de um emprego. Sendo assim, se dedicar aos estudos demanda, acima de tudo, perseverança que se expressa em um paradoxo no qual jovens em vulnerabilidade social estão na posição entre o sonho próspero e a baixa autoestima da instabilidade pessoal e financeira.

Assim sendo, a educação, enquanto serviço, mas, sobretudo, enquanto direito constitucional, representa uma oportunidade de ascensão social do jovem para a vida adulta, podendo garantir um futuro de maiores expectativas financeiras. A educação que o Instituto Federal oferece capacita para o mercado de trabalho, contudo o acesso e o período de permanência são marcantes para o desenvolver desta trajetória, sendo assim um dos principais motivos da inserção de pessoas no mercado de trabalho e, no caso de Maracanaú, o Instituto Federal do Ceará, desempenha uma função de estrutura de oportunidade que permite acesso a qualificação profissional viabilizando uma outra perspectiva, não somente de empregos, mas também de acesso ao ensino superior e diversas possibilidades de carreira, isto é melhores condições de vida para além das expectativas desfavoráveis que as condições de vulnerabilidade da Região Metropolitana de Fortaleza possa dispor.

REFERÊNCIAS

AMORA, Zenilde Baima. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, J. B. da; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C.; SOUSA, M. S. de.; et al. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

BERNAL, Cleide; BONFIM, Zulmira; MUDO, Eloise Vulnerabilidade, violência e pobreza na Região Metropolitana de Fortaleza. In: COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C. (orgs). **Vulnerabilidade Socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza**. – Fortaleza: Edições UFC, 2009.

BOMTEMPO, Denise Cristina. A dinâmica demográfica da Região Metropolitana de Fortaleza no início do século XXI. In: COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R. **Fortaleza: Transformações na ordem urbana**. – 1. Ed. – Rio de Janeiro : Letra Capital : Observatório das Metrôpoles, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Distrito Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 31 mar. 2022.

CAVALCANTE, F. B. S. V. **Estudo para uma cidade compacta: um horizonte para o Pecém**. 2016. 154 p. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

CARVALHO, Keane Barroso de. **Territórios produtivos: estudo geográfico do I Distrito Industrial do Ceará**. 2009. 197 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2009) - Universidade Estadual do Ceará, , 2009. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=55370>> Acesso em: 25 de março de 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Região e Organização espacial**. 7 ed. 3 reimp. São Paulo: Editora Ática, 2003.

COSTA, Maria Clélia Lustosa; AMORA, Zenilde Baima. Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole. In: **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R. (ed.) - 1. ed. -Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Planejamento e Expansão Urbana. In: DANTAS, Eustógio; COSTA, Maria Clélia Lustosa; SILVA, José Borzacchiello da. (2009). **De cidade a metrópole: (Trans)formações urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Metropolização Turística Em Região Monocultora Industrializada** (touristic metropolization in an industrialized region by monoculture). *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 65 a 84, oct. 2013. ISSN 1984-2201. Available at: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1175>>. Date accessed: 24 mar. 2024.

DI MÉO, Guy. **Introdução ao debate sobre a metropolização.** *Confins* [Online], 4 | 2008, posto online no dia 13 novembro 2008, consultado o 24 março 2024. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.5433> Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/5433>

FERREIRA, A. **Caminhando em direção à metropolização do espaço.** *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 20, n. 3, p. 441-450, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

Federação das Indústrias do estado do Ceará. **Estratégias para o desenvolvimento dos Clusters do Ceará: Distrito Industrial de Maracanaú – Fortaleza:** FIEC, 2021. Acesso em: 29 de março 2024. Disponível em: <https://arquivos.sfiec.org.br/nucleoeconomia/files/files/Outras%20publicacoes/distrito-industrial-nova-identidade-vfinal.pdf>

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **PIB dos municípios cearenses.** Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/12/PIB_dos_Municipios_Cearenses_2002_2018.pdf

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil Municipal: Maracanaú 2017.** Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Maracanau_2017.pdf

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) Ceará – 2016.** Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/05/IDM_2016.pdf Acesso em 19 de maio 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) Ceará – 2010.** Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/05/IDM_2010.pdf Acesso em 19 de maio 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ. **Anuário Estatístico 2012 - Ano base 2011.** Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/anuario-estatistico/anuario-estatistico-2012-ano-base-2011>. Acesso em 12 de ago 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ. **Anuário 2021 - Ano base 2020.** Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/anuario-estatistico/ANURIOESTATSTICO20212020.pdf> Acesso em 12 de ago 2022.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, C. H. Marco Conceptual Sobre Activos, Vulnerabilidad Y Estructura De Oportunidades. In: **Comisión Económica para América Latina y el Caribe CEPAL- Oficina de Montevideo.** 1999. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/28663>. Acesso em 12 de ago 2022.

LASSANCE, Antonio. **O Que é uma política e o que é um programa: uma pergunta simples e até hoje sem resposta clara.** In: *Boletim de Análise Político-institucional* | n. 27 | mar. 2021. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10579/1/bapi_27_politica.pdf. Acesso em: 31 mar. 2022

LENCIONI, Sandra. Metropolização. **GEographia**. Niterói, Universidade Federal Fluminense. ISSN: 2674-8126. Vol.22, n. 48, 2020.

MARANDOLA JÚNIOR, E.; HOGAN, D. J. **Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia**. Revista Brasileira De Estudos De População, 22(1), 29–53. 2005. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/253>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto N° 7.566, de 23 de setembro de 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf Acesso em 9 de ago 2022.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. **Produção do espaço metropolitano de Fortaleza e a dinâmica industrial**. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 61-74, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/XwMKcpwNQ8vhrs8GC7G7Vpr/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 14 de ago 2022.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. **Reestruturação produtiva industrial e as consequências sociais e espaciais**. Espaço e Economia [En ligne], 16 | 2019, mis en ligne le 03 janvier 2020, consulté le 11 mars 2024. DOI : <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.9500> Disponível em : <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/9500>

PEREIRA, Alexandre Queiroz; COSTA, Maria Clelia Lustosa. Desigualdade, vulnerabilidade social e organização espacial na Região Metropolitana de Fortaleza. In: . COSTA, M. C. L; PEQUENO, R. **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. (ed.) - 1. ed. -Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. Espaço, Industrialização e acumulação capitalista: Uma abordagem para o nordeste e o Ceará. **MERCATOR** - ano 2, n. 4 (ago./dez. 2003) - Fortaleza, UFC, 2003.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. Dinâmicas territoriais no Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza – um olhar orientado pelo processo de industrialização. In: **Fortaleza: Transformações na ordem urbana**. COSTA, M. C. L; PEQUENO, R. (ed.) - 1. ed. -Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015.

QUEIROZ, Emanuelton Antony Noberto de. **A dinâmica dos circuitos da economia urbana no comércio de confecção de Maracanaú-CE**. 2023. 277 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

REGIC 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728> Acesso em: 9 de ago 2022.

SANTOS, Deribaldo. **Os cem anos do CEFET/ CE: compromisso social, desenvolvimento tecnológico e aproximação com o mercado**. — Fortaleza: EdUECE, 2017. Disponível em: <http://www.uece.br/eduece/wp-content/uploads/sites/88/2013/07/OS-100-ANOS-DO-CEFET-EBOOK.pdf> Acesso em 5 de Ago 2022.

SIDOU, Paulo Maria Othon. **Incursão no passado da Escola Técnica Federal do Ceará.** Fortaleza: Escola Técnica Federal do Ceará, 1979.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999, 156 p.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** In: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>

SOUZA, E. A. L. de. A expansão metropolitana de Fortaleza: eixos, níveis e escalas na produção do espaço. GEOgraphia, v. 17, n. 34, p. 121-140, 16 nov. 2015. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13714>

ZANELLA, Maria Elisa; COSTA, Maria Clélia Lustosa da; PANIZZA Andreia de Castro; ROSA, Sara Vieira. Vulnerabilidade Socioambiental de Fortaleza. In: COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C. (orgs). **Vulnerabilidade Socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza.** – Fortaleza: Edições UFC, 2009.

APÊNDICE A – RELATÓRIO DE VISITA DE CAMPO AO IFCE- MARACANAÚ

RELATÓRIO DE VISITA DE CAMPO

Nome: Galadriel Pereira da Silva

Local: IFCE campus Maracanaú **Data:** 09/09/2022

Horário: Início- 14h; Fim- 17h

Responsável: Professor Luís José Sousa (chefe do Departamento de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - DEPPI)

Localização: Av. Parque Central, 1315. Bairro distrito industrial i. Maracanaú - CE, 61939-140.

Descrição:

A visita foi realizada durante o evento da semana integrada científica, que estava sendo realizado no campus. tal situação foi oportuna para conhecer melhor os cursos, os laboratórios e a parte estrutural do campus. Localizado em um ponto onde a estação da linha sul do Metrofor é a Virgílio Távora, o campus Maracanaú do IFCE está dentro do bairro distrito industrial, notoriamente com a presença de muitas indústrias no seu entorno. Apesar do metrô e das linhas de ônibus da VIAMETRO, o acesso ao campus não é tão simples, tendo em vista sua localização no Distrito Industrial

Assim sendo, o campus conta com três blocos que se dividem por áreas do conhecimento:

- Bloco 1- Química e Meio Ambiente

Os cursos técnicos integrado e de nível superior estão juntos neste mesmo bloco. É nele que há também os cursos de pós-graduação em energias renováveis, ciências ambientais e matemática.

Os laboratórios são espaços que podem ser usados por estudantes de diferentes níveis, tanto técnico como superior.

- Bloco 2 – Indústria

As salas se localizam no andar de cima e há dois blocos separados. nesse bloco estão os cursos mais voltados para a área industrial como engenharia mecânica e engenharia de controle e automação.

- Bloco 3 – Computação

Este é um bloco bastante bem preservado com aspecto de novo, mais do que em relação aos outros blocos e seus prédios. Nele ficam os cursos mais voltados para a ciência da computação e tecnologias.

No mais, no decorrer da visita participei de algumas atividades como palestras e oficinas.
